

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

AMANDA RAMOS DA CUNHA

**ANTROPOLOGIA, ARQUITETURA E DESIGN: PERSPECTIVAS**  
**ANTROPÓLOGICAS ASSOCIADAS A EXPERIÊNCIAS PROJETUAIS**  
**COLABORATIVAS**

**UBERLÂNDIA/MG**

**2021**

AMANDA RAMOS DA CUNHA

**ANTROPOLOGIA, ARQUITETURA E DESIGN: PERSPECTIVAS  
ANTROPÓLOGICAS ASSOCIADAS A EXPERIÊNCIAS PROJETUAIS  
COLABORATIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Cristina de Paula Martins

**UBERLÂNDIA/MG**

**2021**

## **AGRADECIMENTOS**

À Profa. Valéria de Paula Martins por ter me ajudado e incentivado a realizar o meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao Instituto de Ciências Sociais, professores, técnicos e alunos que proporcionaram minha formação acadêmica e pelas trocas de conhecimento enriquecedoras.

Ao meus pais, que prezaram pela minha educação e a todo apoio para que eu concluísse a graduação.

Aos meus amigos, que me acompanharam nos momentos de dificuldades e alegrias durante o curso.

## RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é trazer experiências projetuais que utilizam metodologias colaborativas nas áreas de arquitetura e design no contexto brasileiro, associando essas metodologias às proposições teórico-metodológicas da antropologia da ciência de Bruno Latour e Tim Ingold. A partir das experiências em foco – dois projetos na área de arquitetura desenvolvidos em bairros periféricos na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, e o trabalho desenvolvido por dois grupos de pesquisa em antropologia e design – essa pesquisa busca mostrar como cada experiência utilizou da metodologia colaborativa e como esses projetos de caráter social impactam a comunidade urbana ao viabilizarem o acesso e participação cidadã nas questões que os envolvem no dia a dia. Por fim, procuro compreender o reconhecimento das histórias de lugares e pessoas das comunidades, e alguns limites desses projetos colaborativos.

**Palavras-chave:** arquitetura e design; antropologia da vida; antropologia da ciência; cidadania; metodologia

## ABSTRACT

The objective of this research is to bring projective experiences that use collaborative methodologies in the areas of architecture and design in the Brazilian context, associating these methodologies with the theoretical-methodological propositions of science anthropology by Bruno Latour and Tim Ingold. From the experiences in focus, two projects in the area of architecture developed in peripheral neighborhoods in the city of Uberlândia, in Minas Gerais, and the work developed by two research groups in anthropology and design, this research seeks to show how each experience used collaborative methodology and how these projects of social character impact the urban community by enabling access and citizen participation in the issues that involve them in daily life. Finally, I try to understand the recognition of the stories of places and people in the communities, and some limits of these collaborative projects.

**Keywords:** architecture and design; anthropology of life; anthropology of science; citizenship; methodology

## LISTA DE SIGLAS

ATHIS	Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social
DIST	Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território
EMAU/UFU	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia
ESDI/UERJ	Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
LaDA/UERJ	Laboratório de Antropologia e Design da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
LALiS/UFU	Laboratório de Antropologia, Linguagens e Saberes da Universidade Federal de Uberlândia
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NIDA/UFMA	Núcleo de Pesquisas em Inovação, Design e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão
PMCV MV	Programa Minha Casa Minha Vida
SeNEMAU	Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 1: O AFETO E AS VIVÊNCIAS INTEGRANDO UM PROCESSO DE TROCAS DE CONHECIMENTO.....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 Divisão Moderna entre Natureza e Cultura .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 Antropologia da Vida: Interações no Mundo Material na Perspectiva Malha..</b>	<b>11</b>
<b>1.3 As Relações por meio da teoria Ator-Rede.....</b>	<b>15</b>
<b>1.4 O Olhar Social do Design e Arquitetura.....</b>	<b>19</b>
<b>1.5 Experiências de Arquitetura Colaborativa em Uberlândia/MG .....</b>	<b>24</b>
1.5.1 Centro comunitário para a ocupação Fidel Castro .....	24
1.5.2 Mora – Pesquisa em Habitação .....	34
<b>CAPÍTULO 2: A COPRODUÇÃO GERANDO ACESSO À CIDADANIA E AUTONOMIA DAS COMUNIDADES.....</b>	<b>42</b>
<b>2.1 Descolonizando Saberes e Seres.....</b>	<b>43</b>
<b>2.2 Arquitetura Promovendo Autonomia .....</b>	<b>46</b>
<b>2.3 Projeto enquanto Vetor de Mudança na Sociedade .....</b>	<b>50</b>
<b>2.4 O acesso à Arquitetura na Bioconstrução .....</b>	<b>54</b>
<b>2.5 O acesso ao Direito à Moradia.....</b>	<b>62</b>
<b>2.6 Cidadania em Foco: participação da Comunidade na solução de problemas urbanísticos.....</b>	<b>65</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é trazer experiências projetuais que utilizam metodologias colaborativas nas áreas de arquitetura e design. Procuro associar a elas as proposições teórico-metodológicas da antropologia da ciência de Bruno Latour e Tim Ingold, e a noção de *diseño* autônomo do antropólogo Arturo Escobar.

O interesse pelo tema surgiu após o meu contato com um texto sobre design e antropologia. Na época, eu fazia parte do Laboratório de Antropologia, Linguagens e Saberes (LALiS) da UFU, coordenado pela professora Valéria Cristina de Paula Martins, e a ideia era que os membros do laboratório levassem textos com temas de interesse de cada um para discutí-los em nossas reuniões. Quando chegou a minha vez, propus o texto “Laboratório de Design e Antropologia: preâmbulos teóricos e práticos”, de Zoy Anastassakis (2013). O que me chamou a atenção no texto foi a interdisciplinaridade das duas áreas que a autora estava discutindo, e o quanto a disciplina de Antropologia consegue estudar diferentes temas e se relacionar com diferentes áreas do conhecimento.

A partir dessa leitura e discussões com o grupo do LALiS, resolvi desenvolver esta pesquisa utilizando como referência algumas experiências na área, a começar por dois grupos de pesquisa que trabalham na interdisciplinaridade entre antropologia e design: i) o Laboratório de Design e Antropologia (LaDA) da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenado pela autora do texto que eu havia proposto para discussão, e ii) o Núcleo de Pesquisas em Inovação, Design e Antropologia (NIDA) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Ao procurar experiências projetuais que utilizassem metodologias colaborativas para esta pesquisa em Uberlândia, acabei não encontrando trabalhos na área do design com esse tipo de metodologia na cidade. De todo modo, encontrei experiências projetuais colaborativas em Arquitetura, que buscam construir projetos na forma de *coprodução* ou de forma semelhante a projetos participativos: i) o “Projeto de Melhoria Habitacional e Urbana para a Ocupação Fidel Castro” proposto pelas arquitetas Isabela Giorgiano, Helga Tavares e o biólogo Vinício Coeli em parceria com o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e ii) a pesquisa “RES\_APO 2 e 3” *Resiliência e Adaptabilidade em Conjuntos Habitacionais Sociais através da Coprodução* desenvolvido no bairro Shopping Park com o projeto “Renova Shopping Park”, do grupo de pesquisa em habitação MORA da Universidade Federal de Uberlândia, composto por docentes, técnicos administrativos e

discentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUeD), e alunos de outros cursos da Geografia e Ciência da Computação.

Como havia dito, me inspirei nos estudos do (LaDA) da Esdi/Uerj, e a sua linha de pesquisa procura estudar e desenvolver projetos em design que viabilize questões sociais e políticas, a partir da abordagem “participativa”, que vem dos estudos do Design Anthropology (DA). Assim como o LaDA, o NIDA também utiliza da abordagem participativa, com referência nos estudos do Design Anthropology. A abordagem participativa permite que os sujeitos participem no processo criativo para desenvolver soluções de acordo com as suas necessidades, que resultam em ideias, imagens, artefatos, entre outros.

Sendo assim, este trabalho focaliza seu estudo desde a concepção até a implementação de projetos de arquitetura e design. Para o estudo, procurei como objetivo acompanhar se há ou não participação dos moradores, e se houver, como ocorre esta participação e como este tipo de projeto com base na abordagem de coprodução em projetos de arquitetura social influencia na realidade dos moradores.

No que se refere à pesquisa de campo, após minha participação no evento “Antropologia em Cena” proposto pelo curso de Ciências Sociais da UFU, consegui por meio da antropóloga e professora Cláudia Swatowski, o contato da arquiteta e urbanista Helga Canedo Tavares, cuja experiência está na área de planejamento urbano e regional e atua juntamente com a política de habitação e regularização fundiária.

A partir desse contato, fui acompanhando o projeto na ocupação Fidel Castro nas minhas idas a campo, e pude me aproximar com os responsáveis pelo projeto, com estudantes de arquitetura e moradores da ocupação. Os estudantes de arquitetura são membros do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFU, um projeto de extensão que surgiu de forma independente na faculdade de arquitetura. Um ponto de destaque neste trabalho será este projeto de extensão EMAU, na medida em que o projeto busca trabalhar com a comunidade utilizando metodologias participativas que criam soluções a partir da realidade local.

Veremos que este projeto de extensão propõe um tipo de arquitetura acessível, não hierarquizada e uma arquitetura que priorize o processo, e não um projeto pronto e não compartilhado com a comunidade. Portanto, este projeto de extensão reforça os ideais do projeto para a ocupação Fidel Castro em Uberlândia, uma construção de modo colaborativa e/ou coprodutiva, além de uma arquitetura acessível. O termo *coprodução* é entendido pelos arquitetos Marcos L. Rosa e Bruna F. Montuori (2019), como práticas colaborativas com um

público de não-arquitetos, com o objetivo de aproximar e reconhecer outros saberes que não são institucionalizados, na tentativa de fazer outro tipo de arquitetura, para além do modelo convencional técnico industrial mercadológico.

Ao longo dos capítulos, veremos que o projeto de bioconstrução para a ocupação foi criado a partir da necessidade e a pedido dos moradores em obterem um espaço comunitário para realizarem reuniões, terem área de lazer, terem atendimento médico e para obterem uma cozinha comunitária.

Ao longo deste período, encontrei o grupo de pesquisa em habitação denominado como MORA, grupo de pesquisa em habitação formado em 2009 pela professora Simone Villa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUeD) da UFU, a partir da utilização de técnicas de coprodução com o objetivo de promover mudanças e adaptações em conjuntos habitacionais de interesse social.

Durante a pesquisa, observei algumas palavras-chave que apareceram de forma recorrente nos dois projetos de pesquisa em arquitetura, e essas palavras guiaram a análise e a escrita do meu trabalho: trocas de conhecimento e vivências, saberes, autonomia e o direito à cidade.

No primeiro capítulo, trabalho a questão das trocas de conhecimento e as trocas de vivência. Essas trocas apareceram nas duas propostas de projeto na Ocupação Fidel Castro e no Shopping Park a partir da proposta projetual e dos relatos dos arquitetos e moradores. O primeiro capítulo está dividido em subseções. A partir dessa divisão, início com a discussão sobre o fazer científico na modernidade, cujas metodologias acabam, por vezes, priorizando a separação entre o moderno e o tradicional, natureza e cultura, por exemplo. A partir deste questionamento, utilizo as proposições teórico-metodológicas do antropólogo Tim Ingold, a partir de uma antropologia da vida; e Bruno Latour, com a teoria ator-rede.

As subseções seguintes se referem à pesquisa de campo. Nestas, faço descrições das minhas idas de campo na ocupação Fidel Castro e no bairro Shopping Park. Além da utilização de imagens e relatos dos participantes da pesquisa, as subseções contêm análises das experiências projetuais colaborativas associadas às proposições teóricas de Ingold e Latour.

No segundo capítulo, discuto sobre autonomia e o direito à cidade. Este capítulo também é dividido em subseções, e as discussões são em torno de como os projetos de arquitetura acabam promovendo a autonomia e participação cidadã nas questões do espaço urbano, sobretudo, sobre o direito à moradia de qualidade. Neste capítulo, também discuto alguns limites encontrados na pesquisa, em relação à baixa participação dos moradores nos projetos, e

como isso pode ser explicado não só pela falta de interesse dos moradores, mas também como a mobilização desses moradores depende dos profissionais de arquitetura.

Como havia dito, o segundo capítulo está dividido em subseções. Nas duas primeiras, discuto noções alternativas do fazer científico que consideram uma revisão de métodos para pensar as duas experiências projetuais da minha pesquisa enquanto projetos que procuram engajar a comunidade. Nas subseções seguintes, discuto a noção de projeto a partir da perspectiva de Bruno Latour e Henri Lefebvre, sobre como o projeto é capaz de promover mudanças sociais e como isso está aliado a questões ideológicas do pesquisador-arquiteto, e para isso, trago o projeto de construção do centro comunitário como exemplo projetual cujo objetivo é trazer mudanças para a comunidade Fidel Castro, a partir da viabilização de acesso ao direito à cidade e qualidade de vida. Enfim, na última subseção, continuo a discussão sobre o acesso às condições de melhoria habitacional para as comunidades Fidel Castro e Shopping Park, considerando a perspectiva dos moradores em relação à sua participação nos projetos colaborativos, e os limites e desafios que encontrei na pesquisa nestes tipos de projetos.

Vale ressaltar que, na monografia, o projeto para a comunidade Fidel Castro acaba ocupando espaço maior pelo fato de que acabei interagindo mais e tendo mais contato com os responsáveis pelo projeto, além das inúmeras visitas à ocupação e participação nos mutirões, entre outras atividades, em relação ao segundo projeto “Renova Shopping Park” na comunidade Shopping Park.

Com esta pesquisa, espero contribuir no entendimento de processos metodológicos sobre como projetar por meio da participação da comunidade na tomada de decisões. Além disso, com esses processos metodológicos, pretendo enfatizar a importância de a comunidade ser ouvida, tendo em vista que são lugares que possuem histórias, que muitas das vezes o pesquisador não conhece. Portanto, em uma pesquisa, seja na área do design, da arquitetura, da engenharia ou qualquer outra, que projeta “algo” para o outro, pode ser de suma importância entender como funciona uma metodologia colaborativa, como fazer, e porquê fazer.

## **CAPÍTULO 1: O AFETO E AS VIVÊNCIAS INTEGRANDO UM PROCESSO DE TROCAS DE CONHECIMENTO**

Este capítulo visa discutir temas encontrados na pesquisa de campo a partir de trocas de conhecimentos e afetos. O primeiro diz respeito às trocas de conhecimento que tornam a base teórica-metodológica dos trabalhos analisados nas áreas de Arquitetura e Design. O segundo se refere às trocas de afeto e vivências que envolvem o processo de partilha de conhecimento desses trabalhos.

Para explicitar esse processo de trocas, é necessário questionar o caráter histórico que marcou a ciência com a divisão entre ciência e política; natureza e cultura; na perspectiva do antropólogo Renato Stutzman e da filósofa Isabelle Stengers. Com esse questionamento, o primeiro capítulo irá desenvolver a temática base deste trabalho sobre o design e a arquitetura social, que parte de alternativas metodológicas que não utilizam a divisão do fazer científico apontada, mas sim a metodologia de coprodução, caracterizada por ser relacional e dialógica. Ainda sobre as reflexões teórica-metodológica, irei articular a base metodológica com a discussão dos antropólogos da ciência Tim Ingold e Bruno Latour, para tratar com mais afinco sobre a divisão entre natureza e cultura, e suas proposições de metodologias de pesquisa pautadas na relação e não mais na divisão entre natureza e cultura.

Com essas reflexões teórica-metodológicas dos autores, irei apresentar, posteriormente, trabalhos realizados no Brasil que usam da metodologia de coprodução na criação e concretização de projetos para com os sujeitos envolvidos, sobretudo, na área do Design, do Laboratório de Design e Antropologia (LaDA) da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e do Núcleo de Pesquisas em Inovação, Design e Antropologia (NIDA) da Universidade Federal do Maranhão. Irei explicitar como se dão, na prática, as proposições teórico-metodológicas trabalhadas por Ingold e Latour, que esses grupos de pesquisa utilizam como referência.

Por último, pretendo mostrar trabalhos que pude encontrar com uma semelhança metodológica de coprodução nos dois grupos de pesquisa (LaDA e NIDA) na cidade de Uberlândia/MG, sendo eles: i) O projeto na ocupação Fidel Castro “Projeto de Melhoria Habitacional para a Ocupação Fidel Castro”, com a construção do centro comunitário proposto pelas arquitetas Isabela Giorgiano, Helga Tavares Canedo e o Biólogo Vinício Coeli, em parceria com o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); ii) e outro projeto localizado no bairro Shopping Park, intitulado

como “Renova Shopping Park”, proposto pelo grupo de pesquisa em habitação MORA, desenvolvido por professores e estudantes da UFU, dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Design, Ciência da Computação e Geografia.

Portanto, os dois projetos, “Melhoria Habitacional para a Ocupação Fidel Castro” e “Renova Shopping Park”, partem do princípio de práticas colaborativas a partir da coprodução, com o objetivo de melhoria habitacional e urbana, o que recai sobre toda a discussão do papel científico, conhecimento e proposições teóricas de Tim Ingold, com sua antropologia da vida, e proposições teóricas de Bruno Latour, com a ideia de antropologia simétrica. Ambos possuem o mesmo objetivo: ir contra o fazer científico moderno pautado na divisão e hierarquia entre pesquisador e pesquisado, sujeito e objeto, natureza e cultura.

### 1.1 Divisão Moderna entre Natureza e Cultura

O antropólogo Renato Sztutman, leitor da filósofa da ciência Isabelle Stengers, Sztutman discute, no vídeo denominado *O que é essa tal de cosmopolítica?* (2018)<sup>1</sup>, sobre o conceito de cosmopolítica cunhado por Stengers, e como esse conceito provocou uma aproximação entre os antropólogos da ciência. Isso ocorreu, pois a explicação do termo pode ser entendida como uma politização do saber que priorize a construção de diferentes visões de mundo. É a partir disso que vem a ideia da tolerância na reflexão da filósofa.

De acordo com o antropólogo, Isabelle Stengers, em sua obra de dois volumes *Cosmopolitics I e II* (2010), refletiu que as ciências humanas perpassam por um problema relacionado à tolerância, porém o que a autora levanta é que essas questões de “tolerar” estariam no campo de uma crença ou uma “representação de mundo”, e quem teria o acesso ao conhecimento, de fato, seriam os cientistas (aqueles que produzem conhecimento que são validados pela instituição de ensino e pesquisa). Assim, em outro vídeo de Sztutman<sup>2</sup>, o antropólogo nos diz que Stengers chega a essa reflexão porque “antes da consolidação das ciências modernas, a ciência sempre disputou com a magia, e as ciências só foram consolidadas por conta da desqualificação de outros conhecimentos, como a alquimia na química”, por exemplo. A partir disso, a ideia de tolerar é concebida, porém a autora diz que não se deveria “tolerar”, e sim trazer esses conhecimentos para problematizar a ciência.

---

<sup>1</sup> **O que é essa tal de cosmopolítica?** 2018. (3m35s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NR694ieYKqM>>. Acesso em: março de 2021.

<sup>2</sup> **Filósofa da ciência questiona “narrativa épica do progresso”** 2018. (5m37s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-pfesOPy8k0>>. Acesso em: março de 2021.

No texto *Reativar o animismo* (2017), Isabelle Stengers discute o seu papel enquanto filósofa e diz que há uma divisão entre o “outro” e o “nós”: os “outros” seriam os animistas, e o “nós” a ciência. Se esse último desse credibilidade para os animistas, conseqüentemente seriam considerados enquanto traidores da então dita “verdade” e influenciados por crenças que fogem da ciência (p. 3). Porém, Stengers diz que a ciência acabou validando o animismo com a ideia de “tolerar”, levando a criar hierarquia e privilégio de uma vertente sobre a outra.

Nesse texto, Stengers faz uma proposição para as pessoas que querem levar em conta outros tipos de conhecimento: “pensar pelo meio”, evocando Deleuze e Guattari, com o conceito de rizoma. Os pensadores utilizam a ideia de rizoma enquanto um modelo epistemológico para conectar práticas e preocupações heterogêneas, de tal modo que não crie hierarquias, mas sim práticas que conversam e conectam um com o outro. O animismo seria, portanto, um convite para recusarmos generalizações postuladas pela comunidade científica, no sentido de sermos afetados por outros pensamentos, visões de mundo.

O conceito de rizoma formulado pelos filósofos Deleuze e Guattari também será discutido pelo Tim Ingold e posteriormente pelo Bruno Latour, nos próximos tópicos, uma vez que ambos utilizam dessa mesma fonte para pensar o papel do antropólogo na pesquisa, e como o “pensar pelo meio” serviu de base para as proposições teórico-metodológica desses autores.

## **1.2 Antropologia da Vida: Interações no Mundo Material na Perspectiva Malha**

O antropólogo Tim Ingold, em seus diferentes escritos, nos apresenta uma linha de pensamento no qual o conhecimento será dado no modo de fazer (*making*). O autor afirma que o aprendizado é, na verdade, um autodescobrimento, que se dá no ato do fazer, no desenvolvimento que não possui um fim, e ocorre por meio do caminho.

Ao “fazer”, o processo de conhecimento é construído na forma de engajamento, com o objetivo de chegar a uma correspondência recíproca, por meio de uma imersão dos sujeitos no que chamamos de vida, enquanto parte de uma organização de mundo não separado, pautado na relação entre natureza e cultura (2010, p. 19). Na última obra escrita por Ingold (2013), o título abarca os então chamados “4 As” (Antropologia, Arqueologia, Artes e Arquitetura). Ingold argumenta que essas quatro áreas têm semelhança, visto que são formas de engajamento investigativo e propositivo, sendo assim, todas elas têm esse elemento em comum, que seria as transformações do mundo.

No livro *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição* (2011) de Tim Ingold, o autor trabalha com o conceito chave “malha”, no qual é abordado durante toda a obra do antropólogo com diversos exemplos de como se daria o conceito em termos metodológicos. Ingold entende a “malha” como um acumulado de fios entrelaçados, pois o movimento, o conhecimento e a imersão não são dados como separados, mas sim em operações que se dão em conjunto e que demandam um caráter exploratório, um olhar atento. Isso significa estar vivo para o mundo (2011, p. 13), então os “4 As” contemplariam esses elementos a partir do conjunto das operações “movimento, conhecimento e descrição”, criando uma imersão na pesquisa e com os sujeitos que participam dela.

Assim, o antropólogo da ciência argumenta que a sua proposta alternativa de uma educação da atenção (INGOLD, 2010, p. 19) daria no campo do conhecimento no sentido de que, por meio das habilidades construídas a partir do fazer, a experiência e a prática se sobrepõem ao conhecimento transmitido por informações, segundo ele, “trata-se de conhecimento que eu mesmo construí seguindo os mesmos caminhos dos meus predecessores e orientado por eles” (INGOLD, 2010, p. 19). Sendo assim, “estabelecendo ambientes para suas próprias gerações e as gerações futuras, contribui bastante diretamente para a evolução das capacidades humanas” (INGOLD, 2010, p. 16).

Neste sentido, Ingold traz como referência Gilles Deleuze e Félix Guattari, em que nos dizem que somos feitos de linhas e isso, para esses filósofos, significa estarmos a todo instante interligando a vida como um todo. Outro autor que Ingold se baseia é Martin Heidegger, com a ideia do “Ser no mundo”, logo o habitar na Terra seria o significado do que é ser humano, ou seja, estar em um lugar no mundo. Mas Ingold vai além dessa ideia de Heidegger, ao defender que o habitar e estar no mundo significa um movimento, e este movimento do “caminhar” sobre a Terra é o que representa o ser humano, pois o indivíduo, ao estar em movimento, cria contato com o seu entorno, que o fará desenvolver habilidades por meio da prática e experiência (2011, p. 34-38).

Ingold, ao entender o habitar como causador de relações e histórias (não como algo estático), prefere defender “o caminhar” como uma linha a ser traçada, onde vidas serão vividas, habilidades serão desenvolvidas e observações serão feitas (2011, p. 38). Por fim, ao trazer Marx e Engels com a ideia de produção como expressão da vida do homem, conclui-se que esses passos caracterizam um processo para se chegar a uma antropologia da vida. Ingold está falando de trabalhar com os materiais (elementos ativos de um mundo) e não apenas produzi-

los, de acordo com o autor, o caminhante seria então um “Percebedor-produtor” (2011, p. 25-35).

Podemos entender com esse esforço teórico-metodológico de Ingold, em trazer uma reflexão sobre o que chamamos de mundo, como deveríamos nos posicionar diante dele. Ao concordar com Heidegger sobre como o Ser está para o mundo, mesmo reformulando para “o caminho” e não como um lugar fixo, Ingold assume a ideia de que os seres humanos, ao serem capazes de habitar (ou caminhar), por meio das atividades se envolvem enquanto produtores, e essas atividades trazem forma a sua existência desde o seu processo – de habitar e construir – e não somente um produto final deste processo.

Ao habitar ou nos posicionarmos diante do mundo com ações e projetos no ambiente que estamos inseridos, estamos falando de relações sociais, de objetos e mundo de pessoas:

O ambiente, então, não é meramente uma fonte de problemas e de desafios adaptativos a serem resolvidos; ele se torna parte dos meios de lidar com isso. Como Andy Clark coloca muito bem, a mente é um “órgão incontinente” que não admite ficar confinado dentro do crânio, mas que se mistura despudoradamente com o corpo e o mundo no conduto de suas operações. (INGOLD, 2010, p. 19)

Portanto, a imersão no ambiente permite passarmos por um processo desenvolvimental que não está ligado nas representações conceituais da mente, mas em um processo perceptivo que se estende por meio de uma dinâmica entre o corpo e cérebro do sujeito inserido em um contexto. Assim, podemos concluir que esse raciocínio não nos permite pensar em um efeito único causador de uma apreensão de um dado conhecimento.

Ingold, ao optar por uma abordagem ecológica, entende a cognoscibilidade humana fundamentada na noção de habilidade. Isso significa que o desenvolvimento da habilidade do sujeito não foi concebido em representações mentais, como já foi mencionado acima. Na verdade, as capacidades desenvolvidas por dentro e fora do corpo geram um movimento em que a mente e o ambiente se entrecortam, por meio de um movimento corporal do praticante que se dá no mesmo plano da atenção. Sendo assim, ao praticar uma ação, em seu trabalho será acionado o processo de observação, audição e sensação ao mesmo tempo que está movimentando e relacionando com o mundo dos materiais<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A definição de mundo dos materiais, para Ingold, se difere ao conceito de mundo material. Para o antropólogo, o mundo dos materiais seriam substâncias e meios componentes do meio ambiente, isso significa que as coisas estão vivas e ativas porque essas substâncias são levadas pelo fluxo de um mundo em formação, no qual passe por um processo de transformação na corrente de materiais (INGOLD, 2011, p. 63). Portanto, estar imerso nesse meio de fluxos provoca uma relação mútua àqueles que tentam sobreviver neste ambiente.

Dentro da proposta de Ingold, utilizo o exemplo do serrote que o autor propôs em seu ensaio (2011). Essa ferramenta serve apenas como um auxílio para o sujeito realizar uma ação que demandasse um produto final. No entanto, o serrote, na concepção de Ingold, tem uma história que, a partir de sua função e seu uso, serviu para um fim, um produto. Ingold convida-nos a pensar a função como narrativa “onde a ferramenta tem as suas histórias, a mão tem seus gestos [...] as mãos [...] são habilidosas. Concentradas nelas estão as capacidades de movimento e sentimento que têm sido desenvolvidas através de uma história de vida de práticas passadas” (2011, p. 104).

Com isso, percebemos que a história, para Ingold, é compreendida como o movimento onde os sujeitos constroem o próprio ambiente. Aqui, não existe a dicotomia entre o inato e o adquirido, e natureza e cultura. O que ocorre, na verdade, é um processo histórico mútuo e não dicotômico. O processo histórico seria, então, uma continuação dos processos tanto biológicos quanto culturais:

Meu ponto é que a história, compreendida como o movimento pelo qual as pessoas criam os seus ambientes e, portanto, a si mesmas, não é mais do que uma continuação do processo evolucionário[...] dissolvido a distinção entre o inato e o adquirido, descobrimos que a distinção entre evolução e história também desaparece com ela. (INGOLD, 2010, p. 17)

Outro ponto que eu gostaria de enfatizar em relação às proposições do autor, já como uma espécie de introdução ao diálogo que vou propor entre Tim Ingold e Bruno Latour, na seção seguinte, é a questão do movimento. Para começar, Ingold parte da crítica sobre o comportamento humano. O antropólogo nos diz que as pessoas não deixam suas marcas em sua passagem pelas ruas: segundo o autor, há um distanciamento entre as pessoas e o chão que elas caminham. Assim, Ingold traz Platão e Aristóteles para dizer que, desde esses filósofos, a tradição ocidental tem classificado o sentido da visão e da audição superior ao tato (INGOLD, 2011, p. 87). Para Ingold, o equilíbrio está no contato, então não seria cabível desconsiderar somente alguns sentidos cognoscitivos do ser humano em suas ações, visto que temos diferentes formas de sentir. Ao reconhecermos isso, vemos a capacidade criativa dentro de todos eles, literalmente da cabeça aos pés, ou vice-versa. Esta linha de raciocínio nos permite pensar as coisas de diferentes pontos de vista ao caminhar, estar atento sobre o que está em sua volta – e no chão.

Com essa noção do caminhar do homem, Ingold desenvolveu o conceito de “malha”. A malha é um emaranhado de linhas entrelaçadas que compete a uma rede da vida. Pensando assim, as pessoas que aparecem no mundo em formação vão construindo suas relações por meio

dessas linhas. É no decorrer do entrelaçamento que o conhecimento é gerado, pois ao conhecer alguém – ou coisa – se conhece a sua história e para além disso, é necessário juntar essa história à sua, que pode ser direto ou indireto: seja no contato ou por narrativas.

Essas linhas não têm fim e nem começo, e cada trilha (em forma de linhas de movimento e crescimento) demonstra relações, seja com o ambiente, objetos ou com as pessoas. Se voltarmos aos “4 As” (Antropologia, Arquitetura, Artes e Arqueologia) e relacionarmos com essa teoria da malha, veremos que elas têm um ponto em comum: a observação. Se todas possuem este elemento em comum, elas dependem da participação e envolvimento com o ambiente pesquisado e/ou com os seus interlocutores, ao contrário de ser sobre elas. Portanto, a partir da observação, essas áreas conseguem formas de engajamento propositivo no sentido de transformação da realidade, ou seja, com a observação, essas áreas descrevem e propõem e, conseqüentemente, essas ações (descrever e propor) permitem um desenvolvimento de pesquisa relacional que envolve pessoas e lugares.

Porém, isso não abrange somente as quatro áreas: Ingold estende para todas as ciências, e as questiona – tal como comecei este capítulo:

Se a Ciência quiser ser uma prática de conhecimento coerente, deve ser reconstruída sobre o fundamento da abertura, em vez do encerramento, do engajamento em vez do afastamento. E isto significa recuperar o senso de espanto que é tão notável pela sua ausência da obra científica contemporânea. O saber deve ser reconectado com o ser, a epistemologia com a ontologia, o pensamento com a vida [...]. (INGOLD, 2011, p. 126)

Como vimos neste tópico, Ingold discute as formas de ser e de habitar no mundo, e como essas formas de ser implicam proposições metodológicas na pesquisa a partir do entendimento de que lugares e pessoas possuem suas histórias e elas devem ser levadas em conta, por meio da relação e do diálogo. Já na seção abaixo, irei discutir como são as relações por meio do conceito de “rede” na perspectiva do antropólogo Bruno Latour.

### **1.3 As Relações por meio da teoria Ator-Rede**

A questão de fundo trabalhada por Latour, com seus trabalhos voltados para o estudo da ciência, também questiona e acaba refletindo que o campo do conhecimento (ciência) ocorre pelo meio, ou seja, o cientista deveria se situar em um ponto médio, caminhar entre “nós” e os “outros”, entre o humano e não-humano, moderno e tradição. Sendo assim, nesta seção trago as discussões de Bruno Latour para pensarmos o meio como passível de relações a partir da obra *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede* (2012).

Esta questão sobre caminhar entre “nós” e os “outros” seria o princípio teórico-metodológico da Antropologia simétrica. A antropologia simétrica busca desconstruir a desigualdade da relação entre pesquisador e pesquisado, com a sua proposta teórico-metodológica em não comparar as culturas colocando a sua de lado como se uma outra fosse universal, mas colocar também o seu próprio saber em análise, ou seja, a do pesquisador. Isso significa repensar o papel do pesquisador em relação ao pesquisado e conseqüentemente entender as contribuições do outro a partir da sua cultura.

Com essa teoria formulada por Latour, ele não pretende discutir o valor das ciências *versus* o saber popular, mas sim reconhecer que os atores (pesquisador e pesquisado) estão implicados por temas que competem um ao outro, como identidade, coletivo e participação. Isso porque os atores não são meras projeções simbólicas (LATOUR, 2012, p. 29-53), eles são dotados, nas palavras do autor, como “sujeitos que possuem sua própria metalinguagem elaborada e reflexiva”.

Latour propõe, então, pensar o objeto como algo que está no meio, é algo pertencente entre as relações, está entre natureza e sociedade e não deve ser ignorado. Esses objetos, para o autor, são atores não-humanos que formaram uma rede afetiva entre atores humanos. Ou seja, se partimos desse estudo para refletirmos questões que nos cercam, e até mesmo este trabalho que me disponho a fazer, veremos “coisas” como agentes influentes, que permitem entender o humano em maior de grau de complexidade.

Nesse sentido, a colaboração dos atores, sujeitos, ou qualquer denominação que nós cientistas referimos aos nossos interlocutores de pesquisa, é importante para a construção do conhecimento, e a consequência dessa paridade entre ambos ocasiona no princípio de igualdade, que leva os participantes da pesquisa, por intermédio de um objeto (projeto) mediado pelo arquiteto, a compreender juntos a realidade desses participantes. Voltarei a esta questão no próximo capítulo.

Se voltarmos na antropologia da vida de Ingold, e agora olharmos a perspectiva antropológica latouriana, os dois estão falando da ação do sujeito, mesmo que cada um com suas especificidades, Latour com a proposta da teoria ator-rede aponta que “A ação [...] deve ser encarada, antes, como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos.” (LATOUR, 2012, p. 72). Não é muito diferente de Ingold, quando o mesmo fala do conceito *malha*.

Mesmo que eu concordo e procuro fazer este trabalho baseado em uma antropologia da vida, como propõe Ingold, trago aqui reflexões importantes de Latour e sua contribuição sobre

a crítica moderna científica e o que ele entende por relações na pesquisa. Portanto, longe de fazer um embate de autores, trago uma diferenciação que o antropólogo Ingold faz entre seu conceito de fluxo da malha e as linhas de conexão da rede.

Ingold reconhece que a teoria ator-rede tem suas razões para ser aplicada em seu estudo da antropologia da ciência, mas não se aplica quando o assunto é meio ambiente – que inclusive é trabalhado fortemente por Ingold. Isso porque o antropólogo britânico possui uma vasta produção acadêmica em pesquisas sobre percepção, movimento, habilidade na antropologia e em outras áreas.

Tanto o antropólogo Bruno Latour quanto Tim Ingold estão trabalhando com o conceito de rizoma que é cunhado pelo filósofo Deleuze (cf. capítulo 1, p. 11), na medida que as linhas do rizoma estabelecem um meio de possibilidade para a interação, que se daria ao longo em um processo de ramificação “com um centro rodeado por muitas linhas radiais, com todos os tipos de pequenos condutos conduzindo para frente e para trás.” (LATOURE, 2005,177).

Tim Ingold acredita que a teoria ator-rede propõe descrever as interações entre pessoas e os objetos e suas inter-relações ao agir, e seu próprio estudo entre pessoas e objetos “não concentra mente ou agência em mãos humanas, e sim as leva para serem distribuídas por elementos que estão conectados ou mutuamente implicados em um campo de ação.” (INGOLD, 2011, p. 138-139). Portanto, a teoria ator-rede se limita quando o assunto é ambiente por fazer uma simplificação daquilo que o é complexo. Segundo Ingold, a rede focaria nas conexões entre pessoas e o meio que o cerca, e não no próprio elemento ou na própria coisa, e para ele, “as coisas são suas relações”, o que explicaria melhor seria o conceito “malha” caracterizado como um emaranhado e desemaranhado de linhas ilimitados que permite que os seres se desenvolvam ao longo das relações em um espaço fluído sem começo e nem fim (2011, p. 119).

Ou seja, Ingold prefere adotar a fluidez da vida como um espaço que segue um fluxo contínuo dos materiais, coisas, e pessoas que perpassam por esse espaço. Quando se trata da discussão sobre as relações, fala-se sobre movimento, fluxos. Portanto, deixando a diferenciação de lado sobre as relações para com o ambiente, trago as reflexões sobre o movimento, que permite que essas relações sejam realizadas na teoria ator-rede de Latour.

Na antropologia da vida proposto por Tim Ingold com o seu conceito de “malha”, vimos que o autor discute o movimento enquanto uma plataforma não fixa, e só percebemos as coisas que têm no mundo, se caminhar para percebemos vários pontos de vistas e diferentes ângulos e com isso cria-se as relações (2011, p. 88). Já a teoria ator-rede discutida por Bruno Latour também deve ser entendida como movimento quando se trata das relações no modo de

fazer pesquisa. Latour não vê sentido no modo de fazer ciências atualmente (de modo geral, além das Ciências Sociais), entende a necessidade de incorporar o tipo de fazer científico que traz a narrativa – trazendo os atores não-humanos na medida em que o social também é feito deles. Se trouxermos aqui um exemplo que o Latour propôs, veremos como é isto na prática:

Quando uma equipe de trabalhadores constrói uma parede de tijolos: só se separarão de novo depois que a parede estiver terminada. Mas, durante a construção, não resta dúvida de que estão conectadas. Como? A pesquisa responderá. A ANT sustenta que não devemos supor encerrada a questão em torno das conexões de atores heterogêneos, que o chamado “social” tem, muito provavelmente, algo a ver com a reunião de novos tipos de atores. Segundo a ANT, se quisermos ser um pouquinho mais realistas, em relação aos vínculos sociais, que os sociólogos “razoáveis”, teremos de aceitar isto: a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos (para as quais, de resto, as habilidades sociais básicas seriam suficientes) ou entre objetos, mas, com muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras. (LATOURE, 2012, p. 113).

E o que seria a “rede” para Latour? A definição de rede se aplica a um traço deixado por um agente em movimento. É pensarmos a relação enquanto fenômeno de inter-relações de força de determinados fluxos que vai se estendendo, e investigar os pontos de conexão de convergência, e se ela existe ou não, o que acontece ao haver esse movimento de fluxo entre humanos e não-humanos. É, para além disto, ver a coisa em si como um processo que tem a sua história, e que por um fluxo as coisas (objetos) podem ir passando de um para outro, e ganhando outros significados de seu uso, ou também ser encontrados outros objetos, instituições, discursos e textos interpretativos que podem fazer parte deste conjunto de rede.

As contribuições levantadas pelos os autores Tim Ingold e Bruno Latour discutidas aqui são importantes para pensar meu trabalho de pesquisa tanto nos projetos de arquitetura em Uberlândia quanto os projetos dos laboratórios LaDA e NIDA a partir de suas proposições metodológicas. Quando os autores discutem sobre relações e que, para realizá-las, parte do princípio de movimento, eles estão afirmando e defendendo, cada um a seu modo, que a forma de fazer pesquisa demanda entender as histórias de cada sujeito, sua subjetividade, a cultura de um local, e como ao criar contato com eles, o pesquisador é impactado por essas subjetividades, histórias e culturas.

Portanto, a partir das proposições da antropologia da vida de Ingold e Latour com a teoria ator-rede e associando aos projetos de pesquisa que me propus estudar, veremos que em todas as práticas projetuais na seção abaixo essas proposições teóricas estiveram presentes de forma semelhante.

#### 1.4 O Olhar Social do Design e Arquitetura

Tendo em vista todas discussões sobre a ciência calcada na relação entre natureza e cultura, bem como sobre as relações contidas nas redes e malhas e, por último, sobre o caráter transformativo dos 4 “As” (Antropologia, Artes, Arquitetura e Arqueologia), proponho um enfoque, sobretudo, nas áreas de Antropologia e Arquitetura e Design, na medida em que pude encontrar trabalhos e pesquisas nessas áreas com base na relação, igualdade e engajamento defendidos pelos autores discutidos até agora.

Apesar da minha pesquisa de campo ser propriamente da área de arquitetura, não vejo o Design separado da área principal com quem trabalho na minha pesquisa de campo. Vejo ambas as áreas, por meio do acesso em que tive nos trabalhos de design e arquitetura, partirem de ações projetuais, assim, elas possuem uma mesma finalidade de ação de práticas colaborativas com não-designers, ou, não-arquitetos, mas que utilizam das proposições metodológicas do fazer, da participação, da relação.

A partir do meu contato com trabalhos realizados por pesquisadores do LaDA, observei um repertório de pesquisas voltado para práticas colaborativas, de maneira que fizessem um esforço para dialogar com o design e a antropologia. Se atentarmos, por exemplo, à dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de São Paulo, de Bruna Ferreira Montuori (2018), chama-se a atenção o esforço da arquiteta em utilizar uma vasta bibliografia das ciências sociais – além da área que fora formada – para se apoiar teoricamente.

É importante entendermos o contexto de formação pedagógica brasileira em Design, que teve como principal referência o ensino em design alemão, para iniciar a crítica e a proposta de um outro design e uma outra arquitetura. Como podemos ver na dissertação mencionada acima, a partir de uma entrevista com o professor José Luiz Mendes Ripper da PUC-RIO, nos é apresentado que “até o horário das aulas e atividades de laboratório eram idênticas às da Bauhaus, ao passo que nem o clima tropical brasileiro era levado em consideração na formulação acadêmica” (2018, p.57).

Para nos situarmos, o estudo de Bauhaus segue uma linha de pensamento marcada pela funcionalidade com objetivo de duas sínteses: a síntese estética, composta pelo conjunto de todas as artes e pelo domínio da arquitetura; e a síntese social, que propõe o atendimento de acordo com as necessidades que abarquem camadas mais amplas da sociedade (REYS, 2010, p. 103). Segundo Reys, o modelo positivista consiste em uma utopia racionalista, visto que sua proposta caminhou em uma consolidação de uma “Teoria Geral da Configuração” que

sintetizaria todo o gosto do social que se deu por meio do avanço da industrialização para que o povo tivesse acesso a produtos simplificados com menor custo.

Segundo Montuori (2018, p. 113), o design participativo é formado em um contexto em que as ciências humanas tinham sua base no centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH) na PUC-RIO, assim, com a junção de professores arquitetos do desenho industrial e da antropóloga Lélia Gonzalez, formou-se a abordagem de design social nos anos 80, que traz consigo a experimentação no processo de trabalho, onde os alunos puderam levar suas ideias para serem discutidas em coletivo.

Partindo desse princípio de formação do design participativo, proponho iniciar a imersão em trabalhos que fomentam o uso de práticas colaborativas, os quais me inspiraram a realizar esta pesquisa. Com a proposta do laboratório LaDA – ESDI/UERJ (Laboratório de Design e Antropologia), onde as áreas de Antropologia e Design são associadas no sentido de uma “antropologia por meio do design” (ANASTASSAKIS, 2014), que permite um envolvimento com as pessoas e lugares para resolverem soluções de um problema – ou necessidade – de pessoas localizadas em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos<sup>4</sup>. Assim, a proposta de uma antropologia por meio do design seria buscar na Antropologia discussões e métodos da disciplina, e não propriamente formar antropólogos, pois o objetivo é usar os conhecimentos para uma nova prática do design.

A antropóloga e designer Zoy Anastassakis utiliza abordagens como o Design Anthropology (DA) formulado pelo *Center for Codesign Research*. A principal referência para o estudo desse laboratório se pauta nos fundamentos teóricos de Tim Ingold e Wendy Gunn, de acordo com pesquisas no âmbito do design anthropology. O DA é um campo que formula estratégias que buscam um comprometimento com as questões sociais, a partir da interdisciplinaridade das duas áreas do conhecimento. Assim, cada área oferece uma contribuição: o design a partir do uso de suas técnicas de forma improvisada e crítica ao reconhecer a capacidade dos indivíduos para cocriar juntos ao designer, na medida que esse campo utiliza a abordagem etnográfica para se aproximar do participante da pesquisa; e a antropologia, com suas observações, investigação, e proposições teóricas-metodológicas que permitem entender a realidade social e propor transformações a partir desse entendimento.

---

<sup>4</sup> O laboratório de Design e Antropologia (LaDA) coordenado pelas pesquisadoras Barbara Szaniecki e Zoy Anastassakis é formado por um grupo de pesquisadores que realizam trabalhos na Escola Superior de Desenho Industrial e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O LaDA possui um histórico de diversas realizações de pesquisas e eventos, pelos quais promovem a conversação entre as duas áreas de conhecimento de maneira muito proveitosa, entre eles está o seminário “Entre meios” que a cada ano é realizado nesse campo temático. Disponível em: <<http://ladaesdi.com.br/>> Acesso em: 05 de jan. de 2020.

Portanto, surge a ideia de uma antropologia por meio do design que cria correspondências aos fluxos da vida (INGOLD, 2013).

Voltando ao trabalho de Bruna F. Montuori, que defendeu a dissertação sob orientação de Zoy Anastassakis, por exemplo, se embasou fortemente nos estudos de Antropologia para a realização de sua pesquisa sobre Redes da Maré no Rio de Janeiro. Segundo a autora, sua pesquisa intitulada *Design, favela e ativismos: experiências e aprendizados com a Redes da Maré no Rio de Janeiro* aparece como uma longa narrativa, isso porque ela optou pela etnografia, em que a possibilitou vivenciar em dois anos junto com ativistas culturais do Complexo da Maré – grupo de 17 de favelas na Zona Norte do Rio – e construir um conjunto de vivências dela para com o grupo com o uso da observação participante em suas idas ao complexo.

No processo narrativo da pesquisa de Bruna Montuori, é possível encontrar detalhes a partir do olhar atento da pesquisadora. A arquiteta, com o objetivo de trabalhar com pessoas ao invés de para pessoas, compreendeu que não é preciso projetar algo do zero. Ela entende que, quando você conhece e entende o espaço e aquelas pessoas que ali estão, o profissional parte da colaboração de acordo com as demandas daquele grupo que já está inserido no local a priori ao arquiteto. Assim, ao partir da abordagem de observação, atenção e compreensão, no sentido de que ela pudesse aprender e compreender aquele espaço de Redes da Maré, foi preciso o auxílio das abordagens de Design Anthropology (DA).

Ao utilizar Ingold como referência de acordo com o seu conceito de “malha”, Montuori pensa seu trabalho como contínuo e reflete sobre sua posição enquanto pesquisadora e sobre seus interlocutores:

a vida, suas relações e encontros fazem parte de uma grande malha, e cada pessoa, coisa ou lugar são linhas que se encontram e formam nós. Estes nós evidenciam momentos de aprendizado, porém não fazem com que as linhas se acabem ou terminem, ao contrário elas continuam vivas, promovendo outros momentos, outras trocas e outras vivências. (MONTUORI, 2018, p. 36)

Temos também, nesse conjunto de trabalhos que promovem a prática colaborativa em Design, o Núcleo de pesquisas em Inovação, Design e Antropologia (NIDA/UFMA). Tendo como a abordagem o Design Anthropology, imagem e objeto como método, o núcleo de pesquisa foi construído no sentido de olhar outros atores para participar no processo projetual de cocriação, que resulte em imagens, artefatos, ideias, etc. Para melhor visualização de um trabalho com práticas colaborativas e relacional, no filme etnográfico intitulado *À mão e fogo*

(2017)<sup>5</sup> produzido pela coordenadora do núcleo Renata Maranhão, a autora constrói uma narrativa sobre as mulheres artesãs localizadas em Itamatatuiua, Alcântara (MA), no qual a antropóloga entrelaça as histórias dessas mulheres com uma das atividades geradoras de renda no lugar, que são as louças de cerâmica.

Em outro vídeo intitulado *Codesign e empoderamento* (2019)<sup>6</sup> da mesma autora, vemos outro trabalho realizado pela antropóloga, a partir de um mapeamento de discurso e práticas locais artesanais que a autora realizou após sua visita em cidades do Estado do Maranhão: Itamatuiua, Santa Maria, Porto dos nascimentos, São Caetano e Raposa. Seu esforço teórico e metodológico conseguiu reunir quatro elementos (saúde, educação, política e economia) que compuseram o fundamento do empoderamento feminino desses lugares. Com a utilização do design participativo e codesign, que buscam trazer as pessoas no processo criativo do projeto, a autora com a referência de Ingold (2011), em que debruça sobre a materialidade das coisas em correspondência ao fluxo do fazer e da vida, propôs para as mulheres da comunidade a produção de jogos. De acordo com a sua proposta metodológica para conhecer as histórias que constituem o lugar, a ideia do jogo permitiu imersão para o acesso a essas histórias. Assim, vemos claramente no vídeo como o jogo possibilitou o envolvimento da pesquisadora com as interlocutoras, suas histórias e o contato da vida cotidiana das participantes de pesquisa.

O jogo retratado no documentário foi realizado com as quebradeiras de coco babaçu da cidade de São Caetano – Maranhão. Mas antes do jogo ter funcionado, houve várias etapas de produção para que essa ação fosse realizada com as artesãs, tais como: oficina para aproveitar a matéria-prima da comunidade e o mapeamento do espaço e mapeamento do discurso das pessoas que moram na região. Com essa pesquisa, conseguiram produzir o jogo denominado como “Jogo do Coco”, a partir da participação das mulheres da comunidade. Segundo as pesquisadoras Mariana e Raquel do Núcleo de Inovação, Design e Antropologia (NIDA):

O jogo foi dividido graficamente seguindo a forma de uma rodela de coco, em quatro regiões que percebemos serem espaços simbólicos e muito importantes para a reprodução social da comunidade: a associação de moradores, escola, horta e palmeiral, seguindo os quatro itens guias deste processo de elicitação: a política, a educação, a saúde e a economia, respectivamente. A cada espaço foram associadas sete situações que nos foram relatadas pela comunidade, e, deste modo, criamos perguntas que estavam associadas a cada uma das situações. Utilizamos um sistema no qual a cada resposta dada por uma das participantes, elas sorteavam em um cofó um coco babaçu, que poderia

---

<sup>5</sup> **À mão e fogo**. 2017. (16m39s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Jntgm1u0hBI&t=304s>> Acesso em: 13 mar. 2021.

<sup>6</sup> **Codesign e empoderamento**. 2019. (23m10s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=REpTsAYGpa8&t=214s>> Acesso em: 13 mar. 2021.

representar um peso em kg ou uma letra, que no final formaria a palavra empoderamento, e que só poderia ser formada se elas trabalhassem juntas, para obter os cocos. (2019, p. 22)

Figura 1 – Jogo do Coco



Fonte: NIDA<sup>7</sup>

O jogo funciona da seguinte maneira:

uma quebradeira andava uma casa no percurso do tabuleiro e respondia à pergunta respectiva da casa onde se posicionou, as outras jogadoras poderiam dar sua opinião a respeito do assunto relacionado e isso gerava um debate, trazendo conflitos, contradições, esperanças e propostas de ações coletivas. As outras jogadoras avaliavam se ela receberia um coco ou não. Além disso, criamos as cartas "E se?", as quais cada jogadora poderia utilizar durante a rodada de sua companheira, em qualquer momento do jogo, quantas vezes quisesse. Esta carta daria a quem a utilizasse a oportunidade de levantar novos questionamentos acerca do tema, para que todas as jogadoras pudessem dar suas opiniões, independente de quem era a vez. Esse sistema do "E se?" faz com que surjam suposições além daquilo que nós estávamos propondo com as perguntas que já haviam sido feitas, dialogando com a teoria do Design Anthropology, em que uma das perspectivas é a imaginação de futuros possíveis. O "E se?" traz essa dimensão temporal do futuro, tomando a ação do tempo presente uma possibilidade de novos futuros. (2019, p. 22)

<sup>7</sup> NORONHA, G. Raquel; ARAÚJO, G. L. Mariana. Codesign e empoderamento: a produção de jogos com as quebradeiras de coco e seus rebentos em São Cactano – Maranhão. In: **Revista Conexão UEPG**, Vol. 15, nº 1, 2019

A partir do jogo, as pesquisadoras puderam entender algumas necessidades dessas mulheres, mas também, no caso das quebradeiras, puderam compreender o quão significativo são as práticas artesanais produzida por elas na questão da renda, da educação, da saúde e representação política das mulheres na comunidade.

## **1.5 Experiências de Arquitetura Colaborativa em Uberlândia/MG**

Tendo em vista as noções teóricas e metodológicas de Ingold e Latour, e os projetos realizados pelos grupos de pesquisa LaDA e NIDA, neste tópico irei tratar dessas noções nos projetos estudados em arquitetura na cidade de Uberlândia – MG. Portanto, irei trabalhar duas experiências projetuais com foco na metodologia dos projetos de Arquitetura: i) na ocupação Fidel Castro, na zona leste de Uberlândia, proposto pelas arquitetas Isabela Giorgiano, Helga Tavares e Vinício Colei em parceria com projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo EMAU (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo) da UFU; ii) e no bairro Shopping Park, localizado na zona sul de cidade, com o projeto “Renova Shopping Park” proposto pelo grupo de pesquisa em habitação MORA da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUeD) da UFU.

### **1.5.1 Centro comunitário para a ocupação Fidel Castro**

A ocupação Fidel Castro foi organizada pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) no ano de 2016, e está localizada no terreno que fica às margens da BR-050. A ocupação é composta por diferentes pessoas e realidades que buscam por uma moradia, abrigando cerca de 700 famílias. Segundo Daniela de Carvalho Ciriaco, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora – com sua pesquisa sobre a ocupação –, as pessoas que compõem esse lugar são aquelas que foram vítimas do sistema desigual em habitação no país, segundo a autora “o valor excessivo dos aluguéis, o desemprego e a precariedade das condições de reprodução da vida são os fatores principais que determinam a participação na ocupação, de acordo com os moradores da ocupação” (2018, p. 95).

Tudo começa quando entro em contato com Helga, estávamos em junho de 2019 quando a contatei. Falei sobre a minha pesquisa e perguntei se ela tinha projetos propriamente ligados à coprodução. A arquiteta começou me falando sobre sua aproximação com o assentamento Fidel Castro, e que deveria fazer um projeto para construir um centro comunitário do MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) no local, que se iniciaria nos próximos meses com

técnica de bioconstrução, por meio de oficinas, mutirão, entre outros. Contudo, na época, ainda não tinha sido estabelecido algum tipo de cronograma das atividades que seria realizado na ocupação.

Durante esse tempo, propus uma conversa entre nós pessoalmente para que eu pudesse saber mais do projeto, pois minha intenção era acompanhar desde o começo como seria construído, ou seja, se a construção projetual se daria junto com os moradores do assentamento ou não. Porém, visto contratempos que ela e eu tivemos até o final de julho, não foi possível ter a conversa que eu desejava. No dia 25 de julho, Helga me contatou dizendo que teria um curso de bioconstrução no final de semana no assentamento Fidel Castro entre os dias 27 e 28 de julho. Perguntei se o curso era destinado aos moradores do Fidel – pensando na proposta metodológica do codesign e também dos autores da antropologia, como Ingold, sobre a educação da atenção, e Latour sobre o papel do cientista com os seus interlocutores de pesquisa para trazer para o campo científico a narrativa, suas histórias, seus saberes.

Ao me responder, Helga me disse que o curso seria para os moradores do assentamento Fidel Castro, com foco para moradores haitianos que trabalham na construção civil, porém estava aberto para estudantes e interessados que quisessem participar. Helga me disse que eu poderia participar do curso, assim, resolvi ir até o assentamento conhecer as pessoas que fariam o curso durante os dias 27 e 28 de julho e a própria Helga – que até então não havia conhecido pessoalmente.

Dia 27 de julho de 2019, por fim, ocorreu minha primeira imersão de campo no assentamento. Assim como a experiência de Montuori (2018) com sua ida ao complexo do Rio de Janeiro a deixou insegura por não conhecer o lugar e devido ao próprio estereótipo de violência que o espaço carrega, compartilhei essa mesma insegurança, visto que também foi a minha primeira ida ao local, que também carrega estereótipos e estigmas. Quase chegando no assentamento, o motorista de aplicativo o qual eu utilizei para ir até lá, perguntou-me se eu não estava com medo de entrar sozinha, respondi que não estava com medo e que não era necessário se sentir assim, tentando não reafirmar os estereótipos e estigmas dos moradores da ocupação.

Cheguei no assentamento no horário de almoço para poder conversar melhor com os estudantes, moradores e com Helga sobre a minha pesquisa, pois durante o curso todos eles estariam envolvidos no aprendizado sobre as técnicas de bioconstrução a partir do uso de tijolos de adobe, bambu a pique e reboco com terra. A utilização dessas técnicas se dá porque, como me disseram em uma entrevista os projetistas Helga Tavares e Vinício Coeli – posterior a este primeiro encontro –, a bioconstrução é uma das alternativas que oferece menor impacto ao meio

ambiente, mas não só, além da degradação do meio ambiente, existe o fator dos materiais de construção serem prejudiciais à saúde dos pedreiros em construção de alvenaria<sup>8</sup>.

Portanto, a bioconstrução, a partir da utilização de insumos e métodos de construção naturais, permite uma outra relação do homem com a natureza, a partir do princípio da permacultura: cuidar da terra, das pessoas e do futuro<sup>9</sup>. A permacultura surge como uma solução alternativa para se fazer uma construção sustentável utilizando sistemas de plantio agroecológicos para um manejo sustentável da terra, arquitetura bioclimática, uso de ferramentas manuais, tecnologias renováveis entre outros.

Sendo assim, em meu primeiro encontro com Helga, houve uma conversa de maneira informal, e comecei perguntando de forma vaga como se deu a construção do projeto e se teve participação da comunidade. Helga me disse sobre a participação dos membros do MTST no projeto (mas não entrou em detalhes de como foi feita essa participação). Em agosto as atividades voltaram, e nesses dias foram estudantes de outras universidades ajudar, já que houve o evento SENEMAU<sup>10</sup> (Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo) que ocorreu no mesmo período da construção do centro comunitário. Nesse período, acabei conhecendo pessoas do movimento MTST, moradores e estudantes de arquitetura em sua maioria, e foi uma experiência bastante rica em termos de trocas, conversas, mutirão de dia até à noite. Com isso, pude conhecer como funciona o EMAU de perto, conhecer técnicas sustentáveis de arquitetura, além da construção de laços com pessoas que foram importantes em fornecer informações para esta pesquisa. Logo após esse final de semana, aconteceu a primeira parte do mutirão no intuito de terminar a obra que se iniciou.

---

<sup>8</sup> No segundo capítulo irei aprofundar sobre o assunto tendo em vista que a bioconstrução, para os projetistas, é uma forma de gerar autonomia para os moradores, que é um dos temas que eu discuto.

<sup>9</sup> **Permacultura: O mais recente de arquitetura e notícia.** Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/tag/permacultura>>. Acesso em: 26 jan. de 2020.

<sup>10</sup> O SeNEMAU tem o intuito de reunir todos os EMAUs (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo) do Brasil cuja função consiste em trabalhar com assessoria técnica e o desenvolvimento de projetos participativos, sociais e arquitetônicos. O objetivo do seminário é fazer com que os escritórios de cada universidade do país se reúnam para que eles ajudem ou façam atividades relacionadas à arquitetura nas comunidades. **Emausbrasil: Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo EMAU.** Disponível em: <<https://emausbrasil.wixsite.com/emaui>> acesso em: 09 jan. de 2020.

Figura 2 – Encontro SeNEMAU Udi antes de iniciar o mutirão



Fonte: arquivo pessoal

Fui na expectativa de acompanhar os estudantes na construção do centro comunitário, e ter conversas informais com os mesmos, mas o que aconteceu foi que acabei participando da bioconstrução na parte de amarrar treliças. Com essa minha participação em fazer amarração de treliças, pude me aproximar muito mais do pessoal do que se eu estivesse apenas observando.

Essa técnica de amarração foi feita com bambu a pique e suas extremidades foram ligadas por nós com de tecido de malha para suportar a estrutura da casa. Normalmente, conhecemos como uma estrutura feita de ferro, alumínio ou aço, que é ligada nas extremidades por nós.

Enquanto eu, um grupo de estudantes de arquitetura e outras pessoas MTST fazíamos amarração de treliças, pude conversar sobre a participação dos moradores nos mutirões com Luiza Godinho, que faz parte do movimento. Segundo Luiza, os moradores não participam ativamente da construção do centro comunitário, “o que temos de ajuda no mutirão são mais gente de fora do que propriamente moradores do assentamento” [*sic*]. Luiza me disse que o assentamento estava passando por um processo, e isso significa que é um processo longo para que os moradores entendam para que e por que está sendo construído, o que é o movimento. Sobre essa questão da participação dos moradores, voltarei a discutir no próximo capítulo.

Figura 3 – Treliça de bambu a pique



Fonte: arquivo pessoal

Após o dia do mutirão, continuei estabelecendo contato com as pessoas que participaram dele e, principalmente, com a arquiteta Helga, uma das idealizadoras do projeto de construção do centro comunitário. No outro dia em que fui a campo, foi o mais surpreendente em relação ao número de estudantes reunidos e moradores no local em prol de um mesmo objetivo. Fui conversando com o pessoal na medida em que foram aparecendo oportunidades. Como todos estavam mexendo com barro, amarrando treliça, inclusive eu, não tive a oportunidade de anotar falas e nem fazer gravação. Fui conversando e, quando terminava a conversa, procurava um jeito para anotar no próprio celular o que a pessoa tinha falado para mim, com receio de esquecer detalhes, já que eu também estava participando do mutirão.

Uma das estudantes de arquitetura, Paula Milena Lima, que faz parte do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, me explicou como funciona o Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (SeNEMAU). Ela falou principalmente do diálogo entre eles com a comunidade e deixou claro que não querem impor nada, por isso não chegam com projeto pronto. De acordo com a Paula, os EMAUs atendem as demandas e necessidades das pessoas que necessitam de assistência técnica (lembrando que a realização de projetos é compartilhada com a comunidade). No caso da ocupação Fidel Castro, eles já estavam pensando em construir o centro comunitário do MTST, no intuito de ser um local que receba atendimento médico, reuniões, curso de formação para os moradores, etc.

Como tinha muita gente, foi difícil estabelecer relações com pessoas específicas, assim, tive que estar atenta a vários núcleos distribuídos para cada tipo de tarefa específica no dia. Mais tarde, em torno das 15h00 (depois do almoço) houve uma oficina de amarrar bambu promovida por alguns estudantes de arquitetura que fazem parte do EMAU Abricó da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nisso, comecei a conversar com Nicole Brazeiro, estudante de arquitetura da UFRGS. De acordo com a estudante, costuma-se ter essas oficinas para compartilharem modos alternativos, visto que no curso de arquitetura não há propostas desse tipo.

Em relação aos estudantes terem acesso à bioconstrução no curso de arquitetura, conversei com o estudante Deivisson Raphael, se nas universidades costumam ensinar esse tipo de construção alternativa. Segundo o estudante de arquitetura da UFU, na graduação não há um aprendizado de bioconstrução propriamente. Assim, procurei nos sítios eletrônicos de algumas faculdades de arquitetura e urbanismo, como a UFRJ, UFRGS, UNICAMP, USP, UFBA, e também não encontrei disciplinas específicas que tratam sobre esse tipo de construção. De acordo com Deivisson, que teve contato com outros estudantes de arquitetura da UFRJ, UFRGS, no Seminário Nacional dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (SeNEMAU), foi a primeira vez que eles estabeleceram contato com a bioconstrução. Segundo Deivisson, se houver contato, não é pela universidade a partir das disciplinas ofertadas, mas pode ser pelo EMAU, ou por cursos ofertados por fora da universidade.

Além disso, o EMAU é um projeto de Extensão Universitária, cujo objetivo é completar a formação dos graduandos em arquitetura e dialogar com a comunidade externa. Percebi, ao conversar com as estudantes, que o papel do EMAU enquanto escritório modelo independente tem como fundamento tornar a linguagem do que eles conhecem sobre arquitetura acessível, sem hierarquias entre o arquiteto e o não arquiteto para encontrarem soluções para a comunidade de acordo com a realidade local.

Figura 4 – Estudantes e moradores rebocando parede



Fonte: arquivo pessoal

Figura 5 – Mutirão



Fonte: arquivo pessoal

Neste dia de mutirão, na parte da noite houve uma confraternização e fizeram uma grande roda. Nesse momento, a ideia era que todos compartilhassem a experiência que tiveram

no mutirão. Todos estavam tímidos em falar, mas era perceptível o sentimento das pessoas sobre o que tinha acontecido, e isso pôde ser percebido ao longo do dia, durante o mutirão, nas conversas, na satisfação – no sentido de diversão – ao estarem usando técnicas diferente de construção e por estarem todos se ajudando mutuamente. Alguns moradores do assentamento falaram como foi o evento, a importância dele, como foi conviver com diferentes realidades, e como houve uma “energia positiva” nos dias de mutirão. Outra pessoa, agora um estudante de arquitetura, aproveitou para dizer que esse evento despertou também o sentimento de comunidade, que há muito tempo não havia visto um trabalho que envolvesse tantas pessoas e aprendizado mútuo. Eu, que estava ali pesquisando, por um tempo esqueci o meu papel com o tamanho envolvimento e acolhimento que pude vivenciar com todos.

Assim, trago aqui algumas reflexões acerca da pesquisa de campo a partir da experiência de fazer uma espécie de antropologia da vida, já dizia Ingold. Como a vida é um fluxo, uma malha, uma rede, não podemos falar sobre essas conexões onde o pesquisar, o interlocutor, o sujeito ou, o objeto, não terá suas afetações durante as relações. Aqui estou falando de mim, enquanto pesquisadora, mas também dos arquitetos que foram meus interlocutores, dos moradores com quem pude vivenciar e presenciar outras trocas além do conhecimento.

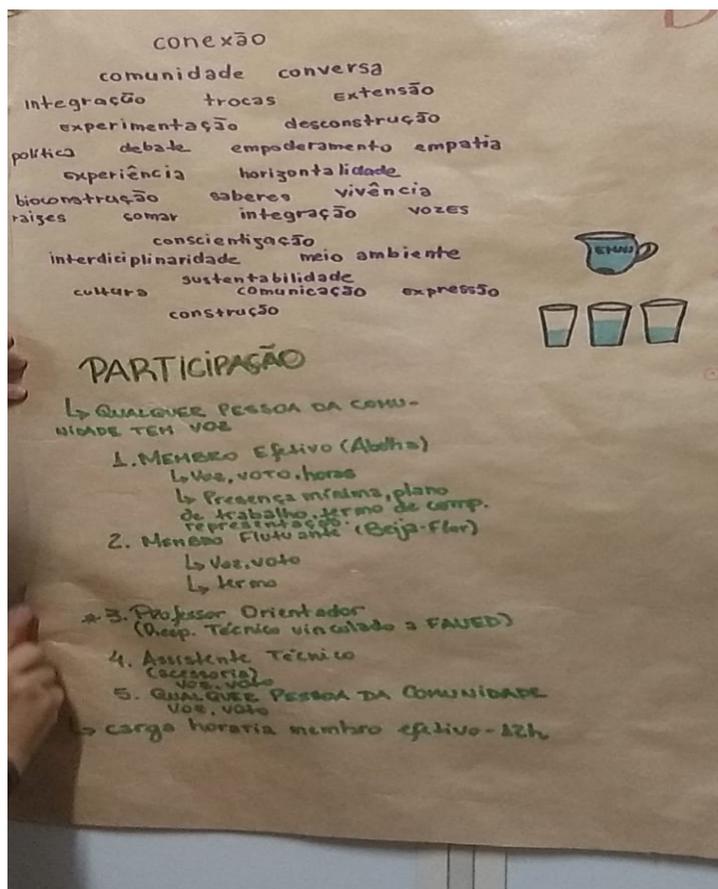
Se pensarmos no afeto, Favret-Saada (1990) nos convida a refletir sobre a questão do “ser afetado” na pesquisa. Há muito tempo, as ciências ditas como “neutras” partem da negação de suas subjetividades no que estão fazendo ao considerar sua ciência claramente objetiva. Na concepção de Favret-Saada, esses autores que consideram deter o conhecimento “verdadeiro” costumam ignorar seu lugar na experiência humana, essa, por sua vez, dotada de sensibilidades.

Portanto, quando optamos por uma Antropologia da vida, ou uma arquitetura colaborativa, propomos estar imersos em outros possíveis mundos. Ingold evidencia isso ao falar sobre percepção e ambiente, sobre as diversas sensações que poderíamos despertar da cabeça aos pés ao andar sobre o chão, um chão que possui e conta pelos rastros deixados as histórias, as narrativas contadas; e Latour ao falar das mediações técnicas e que essa mediação cria uma conexão e, de certa forma, uma modificação entre dois elementos. Nestes autores, assim como as experiências que vimos, o “Eu” não é exclusivamente o centro da questão.

Pensando sobre essas questões antropológicas, vou fazer algumas especificações sobre o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), que teve uma grande atuação no “Projeto de Melhoria Habitacional e Urbana para a Ocupação Fidel Castro”, ao buscar entender processos de autoconstrução para autonomia da comunidade.

No dia em que fui ao mutirão, depois de muita conversa com os estudantes de arquitetura, me aproximei de Deivisson Rafael, um dos integrantes do EMAU. Em nossas conversas, recebi um convite para participar como integrante do escritório modelo de arquitetura, e eu aceitei. Fui ao Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) na Universidade Federal de Uberlândia para minha primeira reunião no início de setembro. O EMAU é um projeto de extensão atualmente coordenado pela professora Denise Geribello, e conta com estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFU. Porém, o EMAU é aberto para qualquer interessado de outro curso para fazer parte do projeto. Das reuniões que participei, eram voltadas para discutir questões internas de organização, já que o escritório estava em formação e acolhendo mais integrantes. Pude registrar um cartaz colado na parede do escritório com várias palavras-chave do que seria o EMAU e o que ele representa.

Figura 6 – Cartaz do Buriti EMAU



Fonte: arquivo pessoal

Como podemos ver no cartaz – apesar da baixa qualidade na visualização – temos palavras-chave como: trocas, saberes, cultura, empoderamento, comunidade, vozes, etc. Importante observar que, durante toda a minha pesquisa, fui guiada por essas palavras escritas

no cartaz (figura 6). Já tinha lido tanto os trabalhos de Zoy Anastassakis quanto a teoria de Ingold e Latour, assim foi ficando cada vez mais claro estabelecer conexões com as metodologias e teorias desses autores. Não imaginava que a teoria Ingoldiana e Latouriana estaria tão presente nesses projetos, tudo parecia abstrato, mas aos poucos as conexões e comparações foram surgindo.

O escritório do EMAU na Universidade Federal de Uberlândia foi criado em junho de 2018 e foi organizado em grupos de trabalhos (GTs). Na medida que as demandas chegassem até eles, o escritório atenderia suas necessidades, sendo uma delas destinada à ocupação Fidel Castro, visto que o escritório se propôs a desenvolver o projeto junto com os idealizadores do centro comunitário.

O GT Fidel Castro do EMAU atuou nas reuniões com coordenadores do MTST no sentido de combinar os mutirões para dar prosseguimento à construção, como veremos a seguir. O escritório ainda não tinha sido consolidado totalmente, estava sendo construído aos poucos, com isso fui aprendendo aos poucos a proposta, principalmente por ser uma área do conhecimento que eu não tinha sequer entendimento, e por ser um lugar – o EMAU – com muita novidade. Em uma de nossas conversas, perguntei para o estudante Deivisson sobre o termo coprodução, pois até então não havia ouvido menção dos estudantes referente à nomenclatura, sua resposta foi:

A gente trabalha com coprodução, que inclusive é um dos princípios a gente trabalhar junto. Na verdade, o que eu mais acredito enquanto arquitetura social é que o arquiteto não detém o conhecimento de criação, ele detém o conhecimento técnico, e aí esse conhecimento técnico pode ajudar quem não tem, mas a parte de criar eu entendo que criação é junto com o outro, que não necessariamente só eu detenho o poder de criar. [sic]

Em relação às demandas que o EMAU recebe, perguntei para ele e para outros membros como é essa relação deles para com os moradores das comunidades, visto que nas experimentações do LaDA, NIDA, e também na fala da estudante de arquitetura Paula Milena Lima da UFBA, por exemplo – sobre não querer impor o conhecimento da arquitetura e hierarquizar o arquiteto sobre a pessoa não arquiteta – o designer e o arquiteto não agem com a finalidade de entregar o projeto pronto, mas sim como um profissional que age junto nas comunidades e que agregue o maior número de pessoas possíveis.

O EMAU parte de um princípio de trabalhar com assessoria e não assistência técnica, no sentido de atender o coletivo e sempre tentando presar pela maioria e não pelo individual [...] pega-se 30 famílias, faz uma oficina de banheiro de composteira, de bioconstrução, de mobiliário, e essas pessoas aprendem para depois replicar nas suas casas.

Segundo Deivisson, a metodologia do EMAU possui algumas etapas: i) processo criativo do projeto; ii) construção; iii) socialização com a comunidade sobre o projeto (do que foi feito, resultado final). Essas etapas ocorrem, porque o EMAU possui outra dinâmica de funcionamento do que é proposto por uma empresa júnior, por isso, a própria gestão se configura como horizontal, sem hierarquias.

Além disso, o projeto sempre atua em conjunto com a comunidade, sendo assim, todo o trabalho passa por um processo participativo, pois o EMAU acredita que o conhecimento não deve ser imposto, mas trocado, assim tanto os estudantes aprendem com a comunidade quanto a comunidade aprende a usufruir dos conhecimentos técnicos produzidos pelas universidades. Ou seja, se o projeto contempla o trabalho em conjunto, uma gestão horizontal e um trabalho diferente de uma empresa são o que necessita para criar um escritório modelo, e como cada EMAU vai se organizar, depende do trabalho que será desenvolvido, mas sempre seguindo essa base que configura o escritório. Portanto, o EMAU atua como assessoria sem fins lucrativos, um auxílio que colabore no processo de construção e, de acordo com o estudante, a assessoria trabalharia com a questão do coletivo, “mas a gente não descarta trabalhar com assistência técnica, é uma possibilidade do EMAU também”.

No caso do GT do Fidel Castro, os membros participaram para auxiliar o projeto proposto por Helga. Sendo assim, de acordo o estudante, foi utilizado a metodologia do EMAU na semana do SENEMAU na segunda etapa, a primeira que seria o processo criativo não se deu conjuntamente com os moradores. No caso da terceira etapa, só será realizada quando acabar a construção do centro comunitário no assentamento.

Na seção abaixo, irei explicitar a metodologia do grupo de pesquisa em habitação MORA no projeto de pesquisa “Renova Shopping Park” da Universidade Federal de Uberlândia, uma vez que utilizam a coprodução para a realização de sua pesquisa.

#### 1.5.2 Mora – Pesquisa em Habitação

Em outro momento conversando com Deivisson em nossos encontros na faculdade, ele me disse sobre o projeto MORA que atua no Shopping Park. Com isso, procurei as pessoas que participam do grupo de pesquisa em habitação MORA do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFU, para saber sobre os projetos desenvolvidos por eles cuja metodologia é a coprodução. O MORA atua como assistência técnica, e isso envolve dar suporte, avaliação e manutenção de um serviço que já foi feito para melhorar a qualidade das casas, que no caso foram as casas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Minha orientadora me informou do projeto “Renova Shopping Park”, no qual foi anunciado uma plataforma de financiamento para a realização do projeto “Renovando meu quintal”<sup>11</sup> – que até então eu não conhecia, e que pude conhecer após estabelecer contato com os participantes do projeto. A partir disso, fui atrás da coordenação para me informar e saber quem eu poderia contatar. Com muita dificuldade falei com a estudante de arquitetura Carol Stefani, que fez a mediação entre mim e a coordenadora do MORA para marcarmos nossa reunião. Assim, procurei a coordenadora do grupo de pesquisa em habitação MORA, Simone Villa, e em nossa reunião a coordenadora disse que ambos os projetos (EMAU e MORA) possuem diferença. O projeto MORA<sup>12</sup> atua desde 2009 e possui uma vasta produção de pesquisas sobre habitação de interesse social que realizaram ao longo dos anos.

A linha de pesquisa que eu pude ver em andamento foi RESAPO 2 e 3 intitulada como *Resiliência e Adaptabilidade em conjuntos habitacionais sociais da coprodução*. Justamente nessa linha de pesquisa, o foco do projeto cuja função é prestar assistência técnica se pauta na utilização de técnicas de coprodução, com o objetivo de verificar ou não a resiliência em habitações sociais, no caso são as casas do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)<sup>13</sup>. Ou seja, o foco da pesquisa e assistência técnica avalia as condições da moradia para posteriormente adaptar de acordo com as necessidades dos moradores. A pesquisa contou com três etapas: “i) Levantamento geral da área com pesquisa de avaliação pós ocupação (APO) e análise de desempenho e início das atividades de coprodução (2016); ii) Coprodução enfocando a unidade habitacional de uma quadra em específico na área de estudo (2017-2018); iii) Continuidade da Coprodução enfocando a unidade habitacional de uma quadra em específico na área de estudo (2019-2020)”. De acordo com a estudante Carol, participante do projeto:

O nosso estudo de caso é no Shopping Park, no loteamento Sucesso Brasil, e dentro desse loteamento a gente faz recorte em dois quarteirões. Nesse estudo faz levantamento de questionário, analisa casa por casa com medições, vê o que é ruim, o que é bom [...] e propõe formas de melhoria, formas de empoderamento da comunidade e resiliência da casa.

---

<sup>11</sup> Alunos da UFU criam projeto para reforma de Casas em bairro de Uberlândia. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/21471/alunos-da-ufu-criam-projeto-para-reforma-de-casas-em-bairro-de-uberlandia?fbclid=IwAR1J6dAhyPo5bEisF1mzUUx9ByB0iQV2fG5-u7gNuGMGwCUR-A0XE7LSB4U>> Acesso em: 10 de ago. 2019.

<sup>12</sup> No endereço oficial do projeto, tem-se acesso a todas as pesquisas que foram feitas e as que estão em andamento desde o seu início em 2017 até o ano de 2019, tendo a FAPEMIG como financiadora. Neste link se encontra o projeto RESAPO. Disponível em: <[https://morahabitacao.com/res\\_apo-2-e-3/](https://morahabitacao.com/res_apo-2-e-3/)> Acesso em: 10 de ago. 2019.

<sup>13</sup> Programa lançado em março de 2009, pelo Governo Federal com o objetivo de proporcionar ao cidadão brasileiro condições de acesso à moradia própria.

Também foi explicado como funciona a coprodução na concepção do projeto MORA: depois de fazer todo o levantamento de dados eles partem para ações que “basicamente são ações em conjunto com a comunidade para a melhoria de algum aspecto que a gente (membros do grupo de pesquisa RES\_APO 2 e 3) achou ruim”. Ainda sobre as ações que estavam sendo feitas, o “Renovando Meu Quintal” estava em andamento, inclusive eles escolheram duas moradoras que estavam participando das reuniões para serem beneficiadas com o projeto de melhoria em seus respectivos quintais.

Para isso ocorrer, conseguiram dois artistas para doar suas produções artísticas, um deles é a Curio<sup>14</sup>, pseudônimo usado pela designer Rhayani Paschoalim, e o outro o Muzai<sup>15</sup>, artista visual, ambos da cidade de Uberlândia, para colocar no Catarse, que seria uma plataforma de financiamento na tentativa de levantar fundos que a RESAPO necessitaria para reformar a área externa das moradoras. A ideia de renovar a área externa é promover um cenário mais verde, melhorar o aproveitamento do espaço e criar mobiliários sustentáveis para o bem-estar dos moradores.

Esse projeto vem da continuação da RESAPO 1: *Método de Análise da Resiliência e Adaptabilidade em conjuntos habitacionais sociais através da avaliação pós-ocupação e coprodução*, no período de 2016 a 2017 em uma parceria com a Sheffield School of Architecture – University of Sheffield (TUoS), UK. As análises de avaliação pós-ocupação e coprodução perpassam por três elementos: i) ambiente construído; ii) agentes; iii) usuários. De acordo com o objetivo do projeto, essas análises, portanto, trazem o foco as questões sociais, funcionais, comportamentais e ambientais da construção do espaço. O projeto desde sua fase inicial conseguiu promover algumas oficinas e reuniões com a comunidade. Nestas imagens abaixo conseguimos visualizar um pouco das atividades<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Disponível em: < <https://curioilustracoes.com.br/> >. Acesso em jan. de 2020.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://muzai.com.br/>>. Acesso em: jan. de 2020.

<sup>16</sup> Disponível em: < <https://morahabitacao.com/insercao-social/>>. Acesso em: jan. de 2020.

Figura 7 – Coprodução



Fonte: site mora habitação, 2019.

Figura 8 – Oficina de Pallet



Fonte: site da mora habitação, 2019.

No mês de outubro de 2019, combinei de ir junto com os integrantes do projeto ao Shopping Park. Foi minha primeira inserção no local. Chegando lá, vi que o bairro possui o DIST (Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território), um espaço com várias salas, cujo objetivo é promover integração entre o empreendimento do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e o Shopping Park, além de promover o reconhecimento do programa pelos próprios moradores na busca de fortalecer os laços de identidade dessas famílias.

As ações do DIST giram em torno da promoção do empoderamento e protagonismo social, sendo assim, a RES\_APO com o mesmo intuito – buscar resiliência no ambiente construído, assistência técnica e coprodução – ocupou uma das salas do DIST para realizar reuniões com os moradores que estavam participando do projeto Renova Shopping Park. A reunião que pude acompanhar foi dividida em dois momentos: i) exposição de materiais de construção e preços; ii) escolha de acabamento. Essa reunião foi parte da primeira etapa do projeto cujo objetivo era oferecer assistência técnica de projeto de reforma. E nela o foco era os moradores. Foram divididos três núcleos de arquitetos, e os moradores foram se articulando para sentar junto aos arquitetos que já tinham iniciado o trabalho com cada morador. Os profissionais, como a estudante Carol já tinha mencionado, vão às casas, fazem as medições, aplicam questionários, e depois retornam para discutirem o projeto da casa juntos, para que no fim a planta final em versão maquete seja entregue. Nesse dia, os integrantes da RES\_APO levaram a planta da casa de cada morador e foi ouvindo a opinião deles sobre o que acharam e além de proporem algumas mudanças também.

Figura 9 - Escolha de acabamento



Fonte: página do Renova Shopping Park no Facebook.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/renovashoppingpark/>>. Acesso em: jan. 2020

Quando observava as mulheres compartilhando ideias com os arquitetos, percebia as expressões de incômodos das mesmas quando os lugares dos móveis eram colocados na disposição pelos arquitetos, e depois os questionavam dizendo que não queriam que fosse daquele jeito. Um dos arquitetos, o Adoniran, atentou-me sobre isso. Ele observou suas expressões desde o começo, explicou o porquê da escolha de tal jeito, dizendo que seria melhor em termos técnicos. Mas quando isso ocorre, a solução é colocar um meio termo entre a escolha da moradora com a escolha do arquiteto. Os arquitetos, segundo Adoniran, denominam de percepção corporal: nesses casos, é como se fosse um jogo, nas palavras do arquiteto, é ver o lado positivo no gosto das pessoas. Por fim, no dia 20 de dezembro, ocorreu a entrega final do projeto para os moradores<sup>18</sup>. Como o projeto consiste em assistência técnica, a proposta é somente entregar a planta da casa modificada, do jeito que os arquitetos e moradores discutiram no processo de criação. A parte de mudança, na prática, fica por conta dos moradores quando forem realizar as reformas.

Tanto os projetos de reforma para casas do Shopping Park quanto a construção do Centro Comunitário no assentamento Fidel Castro tiveram a participação dos moradores, e esses projetos só foram e são possíveis de serem realizados a partir do engajamento da comunidade. Portanto, tratarei no segundo capítulo sobre o engajamento dos moradores e a sua importância enquanto gerador de autonomia da comunidade, de acordo com os projetos estudados, mas adianto aqui que o problema esteja na maneira de mobilizar e como trazer a comunidade para participar ativamente de questões coletivas e individuais. No segundo capítulo volto a esse ponto, tendo em vista que o engajamento depende das mobilizações dos profissionais, a partir de estratégias que despertem o interesse de engajamento do morador e para que ele entenda a importância de suas decisões e participação na busca de soluções para suas necessidades.

---

<sup>18</sup> Neste link é possível ver depoimento de alguns moradores que participaram do projeto. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CEAcO14F4QY/>>. Acesso em: jan. de 2020.

Figura 10 – Entrega final do projeto



Fonte: página do Renova Shopping Park no Instagram.<sup>19</sup>

Neste capítulo vimos como ocorreu a troca de conhecimentos entre moradores, arquitetos e designers ao proporem metodologias semelhantes de trabalho participativos, seja nas experiências dos laboratórios de pesquisa LaDA e NIDA, quanto as experiências nos projetos de pesquisa em Uberlândia, com os projetos “Melhoria Habitacional para a Ocupação Fidel Castro” e “Renova Shopping Park”.

Para discutir as trocas de conhecimento, iniciei a discussão problematizando como a ciência moderna atua a partir da divisão entre moderno/tradicional, verdade/erro, natureza/cultura, na medida em que os autores que uso para discutir a questão central deste trabalho também partem da crítica da ciência moderna fundamentada nessa divisão. Ao criticarem essa divisão, os antropólogos Bruno Latour e Tim Ingold propõem alternativas teóricas-metodológicas que buscam a relação entre natureza/cultura, moderno/tradicional e verdade/erro. Assim, partindo de suas propostas de uma antropologia da vida e antropologia

<sup>19</sup> Disponível em: < <https://www.instagram.com/renovashoppingpark/>>. Acesso em: jan. de 2020.

simétrica, busquei associá-las nas trocas de conhecimento a partir das experiências em Arquitetura e Design.

Os antropólogos argumentaram que no fazer científico, é preciso levar em conta e entender como as relações são construídas. Ingold, ao trabalhar o comportamento humano, como alguém que segue uma linha ilimitada de emaranhados de fios em um espaço fluído, quis dizer que o pesquisador, seja na antropologia, arquitetura ou outras áreas, necessita estar atento às pessoas e o que está em volta e, com esse olhar atento a partir da observação e investigação, cria-se proposições alternativas que transformam realidades. Latour também argumentou sobre as relações a partir da teoria ator-rede, na medida que ela busca inserir o pesquisador das atividades de seus interlocutores de forma equitativa, onde o saber do pesquisador não sobrepõe a do pesquisado, na medida que ambos se conectam um com o outro a partir do coletivo. Em suma, os autores entendem que as histórias de cada pessoa e lugar assumem um papel importante na pesquisa e reconhecem que o pesquisador e vice-versa são afetados por aprendizados a partir do contato um com o outro.

Por fim, a partir dessas noções teóricas de Ingold com a antropologia da vida, e Latour com a teoria ator-rede, vimos como as proposições da antropologia desses autores estão presentes nas pesquisas do LaDA e NIDA, e nos projetos em arquitetura em Uberlândia. Em todos os projetos e pesquisas, percebeu-se como os designers e arquitetos seguiram a ideia de cocriar com o grupo pesquisado e agiram “com” e não “para”, coproduziram projetos a partir de estratégias específicas de cada um, mas com o objetivo de solucionarem problemas pertencentes às comunidades. Por isso, no próximo capítulo vou focar em como os projetos em arquitetura objetivaram impactar na realidade dos moradores ao promover autonomia e o direito à moradia de qualidade para as comunidades Ocupação Fidel Castro e Shopping Park, de Uberlândia – MG.

## CAPÍTULO 2: A COPRODUÇÃO GERANDO ACESSO À CIDADANIA E AUTONOMIA DAS COMUNIDADES

O intuito deste capítulo é trabalhar o tema de autonomia a partir da minha pesquisa realizada junto a projetos de Arquitetura e Urbanismo voltados para o social, ou seja, projetos que visam promover mudanças sociais sobre questões do espaço urbano de alguma comunidade na cidade de Uberlândia – MG. Além disso, irei trabalhar os temas “engajamento” e “direito à cidade” que permeiam a discussão, na medida em que aparecem de forma recorrente durante minha pesquisa de campo.

Neste trabalho, a autonomia é pensada em um viés social partindo do pressuposto de que o sujeito é pleno de direitos e pode acessá-lo. Esse acesso pode ser visto na coprodução como uma maneira de inserir o sujeito no processo criativo para construir o seu habitar, reconhecendo que o sujeito é capaz de produzir conteúdo, colaborar no processo de criação, e entender o seu papel nas decisões que serão para si e para a comunidade onde mora, diminuindo assim a desigualdade existente ao acessarem o que é seu por direito.

Assim, procuro iniciar o capítulo levantando algumas perspectivas da área de Ciências Sociais sobre a colonialidade do saber para discutir o papel da autonomia na coprodução nos projetos de arquitetura em habitação social na cidade de Uberlândia – MG. Pretendo fazer a discussão sobre ciência levantando questões acerca da descolonialidade, pois ao meu ver, para buscar a autonomia, é necessário fazer uma arquitetura que não se limita às produções científicas eurocêtricas. Falarei sobre descolonialidade para refletir sobre autonomia, por ser um debate que nos permite pensar a ciência de forma crítica em relação a posturas epistemológicas adotadas.

Com isso, para discutir sobre a autonomia, utilizarei também da perspectiva do antropólogo Arturo Escobar sobre o tema, em que o autor discute a autonomia na área do Design, em seu livro *Autonomía y diseño* (2016). Ao discutir proposições de um *diseño* autônomo que esteja relacionado à localidade, o autor parte de uma perspectiva relacional e dialógica, e isso me permite refletir no campo de arquitetura sobre a coprodução, e como esse método engaja o processo de autonomia das comunidades que acompanhei na pesquisa. Isso me permite aliar na discussão sobre como a criação de projetos se torna agente de transformação da realidade por intermédio humano, a partir da proposta teórico-metodológico da antropologia simétrica.

Ao final do capítulo, irei trabalhar com o direito à cidade, que ao meu ver não está isolado dos temas anteriores, além disso irei refletir sobre a participação das pessoas nas questões sobre

o acesso à moradia de qualidade, que é um direito do cidadão, e como o processo de engajamento dos moradores, por sua vez, foi um processo desafiador, pois exigiu a capacidade de mobilizá-los para a participação dos projetos.

## 2.1 Descolonizando Saberes e Seres

O saber científico carrega em sua composição o eurocentrismo – como já apresentei na introdução deste capítulo. Nesse saber científico, sua referência foi gestada a partir de uma perspectiva eurocêntrica, já que seu fazer científico inviabiliza os saberes tradicionais de terem sua validação.

A colonialidade do saber propõe explicar as consequências do período colonial, mesmo após a independência política latino-americanas, na produção do conhecimento nos dias de hoje com o advento da ciência moderna. Portanto, a teoria sobre a colonialidade questiona o discurso universal e excludente da ciência que se pauta em uma lógica eurocêntrica permitindo manter o conhecimento de forma hegemônica.

No livro *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latino-americanas* organizado por Edgardo Lander, o autor abre a seção de artigos com o seu trabalho chamado *Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos*. Nesse artigo, Lander retoma o processo de colonização na América Latina mostrando que essa região sofre impacto na produção acadêmica nas disciplinas das ciências sociais, tendo como conclusão que as disciplinas em sua base possuem a visão de mundo da modernidade.

Lander discute quatro dimensões que formará essa base – destaco a primeira e a quarta que discuto mais propriamente neste trabalho<sup>20</sup>: 1) “a visão universal da história associada à ideia de progresso [...]”; 4) “a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos” (LANDER, 2005, p. 33).

Ao traçar as dinâmicas sociais que se chegou até o momento presente na ciência moderna, Lander destacou alternativas que vão de encontro com o que eu pude encontrar nas minhas pesquisas de campo, quanto nas minhas leituras. Ao utilizar a autora venezuelana Maritza Montero como referência, propõe alternativas para o pensamento eurocêntrico e colonial na América Latina, como: i) ideia de comunidade e participação; ii) libertação pelo

---

<sup>20</sup> As outras duas dimensões seriam a “naturalização” das relações sociais e da “natureza humana” da sociedade “liberal-capitalista”; e a “naturalização das múltiplas separações próprias dessa sociedade” (LANDER, 2005, p.33).

meio da práxis; iii) o papel do pesquisador e o reconhecimento do sujeito-objeto enquanto produtor do conhecimento; iv) a história enquanto relativa, ao levar em conta a diversidade de cosmovisões; v) outras formas de fazer-conhecer; vi) revisão de métodos (MONTERO, 1998 *apud* LANDER, 2005, p.39).

Destaco esses critérios acima, pois acredito que a questão da autonomia é gerada a partir dessas alternativas que Montero propõem no texto. Essas alternativas compreendem a existência do mundo enquanto um lugar diverso e que, dentro desse mundo, existem vários outros mundos, ou seja, cosmovisões. Quando se trata de cosmovisões, fala-se de diferentes culturas, e elas devem ser respeitadas em sua forma. Por isso, é importante refletir na arquitetura outros processos metodológicos. Reformular o método é de suma importância, na medida em que o pesquisador está lidando com outros seres humanos que, por sua vez, possuem outra história de vida, cultura, economia, meio ambiente, política, etc.

Outro autor que discute sobre alternativas metodológicas no fazer científico, e também a ideia de projeto na arquitetura, é o antropólogo Arturo Escobar, quando ele discute a ideia de *diseño* como um papel fundamental para construir a autonomia das comunidades. Segundo o antropólogo colombiano Arturo Escobar, em seu livro *Autonomia y Diseño: La realización de lo comunal* (2016), o objetivo da ciência teria que caminhar no sentido de uma aplicação que contemplasse o uso da criatividade que a modernidade nos proporciona, mas ao mesmo tempo pautado na crítica da mesma, de maneira que envolva as tradições locais. Nele, o antropólogo discute modelos de como seria trazer diversas ontologias que existem no mundo, de forma mais perceptível neste modelo de sociedade que nos encontramos, a partir do que ele chama de Ontologia Política: “A ontologia política é uma forma de contar histórias de forma diferente, para que os espaços possam ser abertos para a realização das múltiplas ontologias que compõem o pluriverso.” (2016, p. 243, *tradução livre*).

Para o autor, o pluriverso consiste na relação entre várias culturas do mundo, e essas culturas ao se relacionarem formam uma rede de conhecimento, ocasionando na participação e autonomia de todos os envolvidos, de forma menos desigual e hierárquica. O caminho para o pluriverso seria pelo Discurso de Transição (DT), pois esse discurso se fundamenta na autonomia quando as sociedades produzem seu próprio *diseño*, portanto, o discurso de transição ocorreria quando os *diseños* se relacionassem, pois haveria mundos diversos coexistindo entre diferentes pessoas/comunidades, conseqüentemente, haveria diferentes discursos, e não mais um discurso hegemônico. O termo *diseño*, na perspectiva de Escobar, pode ser visto como

projeto ou um desenho, que nos permite pensar para além de objetivos como: estruturas políticas, discursos, narrativas, concepções de mundo.

Ao publicar esse livro, Escobar com o seu interesse em ecologia política pensou em reunir pensadores cuja linha de pensamento está voltada para a ecologia e crítica da modernidade, na qual priorize perspectivas locais para pensar alternativas de um *Diseño* Autônomo. Antes de adentrar ao que Escobar chama de *diseño* autônomo, é importante ressaltar o que seria a autonomia na perspectiva de Escobar. A autonomia para o autor está ligada às formas políticas contra a lógica do capital e, até mesmo, contra as formas estatais que hoje atuam. Assim, a autonomia seria um caminho para que os coletivos, os movimentos, as associações, as organizações e as pessoas pudessem atuar com independência. A autonomia então, é uma resposta alternativa para o atual modelo de sociedade em que vivemos. Escobar define autonomia sem aliar a lógica do Estado e do mercado como:

a autonomia baseia-se em formas de aprendizagem, cura, habitação, produção, trabalho agrícola, etc., que são mais livres de mandatos heterônomos e regulação. Isso é crucial para projetos voltados para o fortalecimento da autonomia. Nesse sentido, a autonomia significa viver além da lógica do Estado e do capital, descansando e criando formas de ser, fazer e conhecer nós não liberais, não-estatais e capitalistas. Também requer uma organização, que tende a ser horizontal porque o poder não é delegado ou operado com base na representação; em vez disso, promove alternativas de poder através de formas autônomas de organização, como assembleias comunitárias e a rotação de obrigações [...] (ESCOBAR, 2016, p. 206, *tradução livre*)

Essa proposição do autor se vincula a um modelo de economia baseado no lugar, ou seja, a cultura de um local está associada a um modelo de organização e de renda do grupo, o que, para Escobar, seria um modelo alternativo de sociedade. Assim, a autonomia se configura como um exercício prático e teórico em que as comunidades ganham sua independência cultural, econômica e política, permitindo a reprodução desse modelo de organização para próximas gerações que irão se constituir.

Pensando nessa abordagem de modelo local, a pergunta é: o que seria essa prática de *diseño* autônomo? Escobar elencou algumas características, tais como: i) a comunidade atua como *diseño* de si ao estabelecer suas relações sociais, relações com o meio ambiente, relações com o conhecimento, etc; ii) o indivíduo pratica o seu conhecimento; iii) o indivíduo aprende sobre si mesmo; iv) tanto os problemas quanto as alternativas são expostos na comunidade. Para Escobar, a partir desses pontos pode-se construir um modelo que envolva toda a comunidade, e a partir disso se questionar sobre como o *diseño* autônomo pode atuar nos projetos referentes a problemas de caráter comunitário (ESCOBAR, 2016, p. 210).

A partir dessas noções alternativas sobre o fazer científico e revisão de métodos, trago no tópico abaixo como esses autores me inspiraram para pensar a arquitetura social observada na minha pesquisa de campo, com projetos que engajam autonomia comunitária e a troca de conhecimento técnico com o saber local de um morador que vive o cotidiano e sabe dos problemas e de suas necessidades.

## 2.2 Arquitetura Promovendo Autonomia

Com a concepção de *diseño* formulada pelo antropólogo Escobar, o autor discorre sobre a crítica do *diseño* moderno. Nessa crítica, o autor inclui a arquitetura como uma área do conhecimento gestada dentro desse *diseño* moderno, pois a arquitetura para Escobar teria em sua base os dualismos que configuram a modernidade: natureza/cultura, tradicional/moderno. No decorrer do livro (2016), Escobar acredita que a arquitetura e urbanismo podem articular projetos de forma criativa com o objetivo de integrar conhecimentos regionais e locais para estimular as comunidades desses lugares. Essa articulação, segundo o autor, serve para estimular as comunidades com medidas que fortalecem a autonomia comunitária (2016, p. 55).

Com essa noção de autonomia e *diseño*, durante minha pesquisa de campo, percebi a presença da palavra “Autonomia” no discurso dos arquitetos e estudantes de arquitetura, e também de pessoas que não necessariamente são do campo do conhecimento de Arquitetura e Urbanismo – mas que auxiliaram nos projetos que desenvolveram no assentamento Fidel Castro no bairro e no Shopping Park<sup>21</sup>, em Uberlândia/MG. Após ler a obra de Arturo Escobar, em que ele afirma não pensar uma autonomia nos termos do liberalismo, mas sim em uma autonomia cuja dimensão envolve o território, o lugar e não uma autonomia individual, pensei: Qual sentido essas pessoas estão dando a esse conceito? O biólogo e bioconstrutor Vinício Coeli deu sua definição do que seria autonomia para ele na bioconstrução do centro comunitário:

A bioconstrução pra mim, a base dela, por que bioconstrução, e por que não convencional? Autonomia. Autonomia do ser humano de poder fazer por ele, e não depender de algo externo. Não depender de compra, não depender de um trabalho explorado, não depender de nada e ser autônomo. [*sic*]

---

<sup>21</sup> Não realizei entrevistas com os arquitetos e moradores que participaram do projeto Renova Shopping Park como eu havia pretendido, na pesquisa de campo, na volta às aulas na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), devido à pandemia mundial do Covid-19. Pelo caráter da pesquisa, era preciso ter a oportunidade de realizar as entrevistas no decorrer do processo, criar uma intimidade com o grupo de pesquisa MORA - que eu não consegui ter tanta proximidade.

Para o biólogo, o que faz gerar essa autonomia depende de um conjunto de fatores que a promovem na bioconstrução, sendo eles: i) a própria comunidade gerar seus recursos que não tragam riscos à sua saúde; ii) não degradação do meio ambiente; e iii) não exploração da mão de obra. Sobre os recursos utilizados na construção do centro comunitário, nas palavras do biólogo:

O bambu, na verdade, ele foi trazido de um lugar que não é da comunidade mesmo, porque ele é muito viável, é um material de crescimento muito rápido, a exploração dele é muito fácil, ele é ambientalmente sustentável, e é possível super de fazer plantios, não é uma coisa muito difícil de manejar, de cuidar. [Há] Técnicas pequenas pra isso então funciona muito bem. É possível trazer esse material e plantar ele aqui pra se ter ele aqui na comunidade, então a gente quis mais trazer isso como técnica pra um potencial futuro de viabilidade, que a galera pode fazer o plantio dele aqui, e utilizar ele entendendo que a técnica funciona, como ela funciona no que precisa ser feito. Os materiais que a gente vê, se tem ele no local é uma necessidade de se abraçar uma outra parte da permacultura, que não só bioconstrução. Aí você vai entrar nas técnicas de plantio e fazer plantios de insumos que você vai ter na propriedade, que aí você vai trabalhar com eucalipto, uma árvore que tem uma serragem, tem uma madeira boa, madeira reta, cresce e desenvolve bem, é possível, mas aí você tem que entrar na produção do insumo, e aí sim, buscar uma autonomia. [sic]

Assim como o antropólogo Arturo Escobar em seu livro *Autonomia e Diseño*, ao propor uma economia baseado no local, percebemos uma certa semelhança na proposição do biólogo Vinicio Coeli, quando ele fala sobre a importância de a própria comunidade buscar sua autonomia local. O projeto de construção do centro comunitário, com o intuito de oferecer ferramentas alternativas de construção e trocas de conhecimento técnico de bioconstrução, permite mostrar para os moradores que eles podem produzir sua matéria-prima e entenderem a relação de mão de obra explorada do pedreiro.

No caso do centro comunitário, o biólogo Vinicio Coeli disse que os mutirões permitem o andamento da bioconstrução. No entanto, segundo ele, mutirão não é uma necessidade para que a autonomia e o processo de igualdade ocorram, seja para a comunidade ou para o indivíduo:

Se você quiser mesmo construir não precisa de mutirão, demora mais, não é uma necessidade. E aí essa questão do mutirão traz uma vantagem social, que aí promove articulação da comunidade, das pessoas envolvidas, do convívio. Na questão dos materiais e também da técnica do convencional, eles têm uma questão em que a técnica pra ser pedreiro, o sistema de vendas dos materiais é que importa. Cê vai ver todas as técnicas construtivas da alvenaria convencional, elas exigem uma técnica que nem todo mundo tem acesso, enquanto a bioconstrução é intuitiva. Você consegue intuir o que se fazer com ela, pelo seu processo mais natural e ela tem mais dinamismo, ela se adequa a realidade de cada ambiente com os materiais de cada ambiente, então ela é

mais um pouco cultural, do que a convencional. A convencional é estática, ela traça um cimento pra parede, pro reboco, pra fundação cada um em específico. o cara tem que saber manejar aquilo de maneira específica. Existem os maquinários pra fazer...é tudo muito amarrado a um sistema econômico, que quem controla é isso. Além disso, toda uma degradação que os materiais da convencional têm. O próprio cimento é degradativo pro ser humano. Todos os pedreiros têm algum problema respiratório pequeno ou grande. Algum problema dermatológico pequeno ou grande. É degradativo. Então o manuseio, o transporte, como ele é feito. Quem transporta só cimento no caminhão, o fato de descarregar o saco e aquela poeira fininha do cimento, se você respirar aquilo constantemente, vai ver um cara que fez com isso com 50 anos como que tá a respiração dele. Então existe toda uma insalubridade com os materiais convencionais. [sic]

Nessa fala do biólogo Vinício Coeli entendemos que o projeto procura estabelecer igualdade entre todos que estão fazendo parte do projeto e que, segundo o interlocutor, traz uma vantagem social, diferentemente da construção convencional. No caso da bioconstrução, há outra forma de se relacionar com o meio ambiente, com os insumos necessários para a construção, e isso gera uma questão de autonomia e, até mesmo, surge uma relação de ser favorável à saúde de quem manuseia esses insumos.

Como eu mencionei no começo deste capítulo, a intenção era conversar com as pessoas que participaram dos projetos realizados. Porém, devido à pandemia do Coronavírus, cuja medida de prevenção consiste em cumprir o isolamento social, não seria possível registrar as experiências de todos em campo quando voltasse a ter os mutirões para terminarem a construção do centro comunitário. Sendo assim, na minha última visita à ocupação Fidel Castro, conversei com alguns moradores – os que estão participando ativamente dos cursos de bioconstrução e dos mutirões – e a maioria deles são da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

Um dos moradores que eu pude conversar na época e que pode relatar sua experiência foi aprisionado antes que eu retornasse para pedir autorização para publicar seu relato neste trabalho, sendo assim, utilizarei nome fictício para preservar a identidade do morador. Na época da conversa, comecei perguntando como estava sendo a experiência do morador na construção do centro comunitário – visto que o formato permite a participação dos moradores desde o desenho do projeto até sua execução, além de ser uma construção fora do convencional – e, para a visão do morador, ter esta experiência com a bioconstrução significa resgatar essa técnica de construção na qual era muito utilizada e foi se perdendo com as altas construções de casas feitas de alvenaria, segundo João:

a experiência é boa, além de estar atendendo coisa nova, a gente tá resgatando um benefício que era do passado pra todas as pessoas, todo mundo. Apesar de

que na época a gente construía um pouco diferente, mas é um resgate ainda muito forte, que não poderia ter acabado...Por exemplo, aqui na região do triângulo, minas gerais, mais pro Sul, não vê muito desses tipos de arte não, de bioconstrução. Agora lá pro lado do nordeste, no Ceará, norte de Pernambuco, ainda tem muita casa que é assim. Agora as pessoas novas que estão entrando com foco nessa área, tá sendo um aprendizado. Mas as pessoas mais antigas mesmo, é as que tem mais conhecimento com esse tipo de construção, e é seguro. Muito firme, dura até mais que casa de alvenaria. [sic]

Outro relato foi a do morador Joel Divino Ferreira da Silva, que também comentou sobre a sua experiência na bioconstrução:

Teve curso, eu participei dos cursos, porque na bioconstrução sempre quando tem movimento eu estou junto. Desde o início até hoje eu estou junto. Se precisar eu até paro meu serviço pra ajudar. Dar uma assistência, porque vem o pessoal de fora, arquiteto, engenheiro da UFU, que vem prá cá, pra estudar também ou a trabalho, e ajuda e põem a mão na massa. Eu aprendi bastante, eu estou feliz de tá participando, e a gente aprende muita coisa, é uma coisa importante. A bioconstrução é muita antiga, esses dias eu estava vendo na televisão, casa no interior de Minas de pau a pique que a gente conhece. Cara mostrando lá, falei é, é aqui que a gente quer fazer desse tipo. Só que aqui é diferente, é com bambu trançado, ele não é igual no interior que põem vara, madeira mesmo. É amarrado e vem com o barro mesmo. É quase a mesma coisa, só que a diferença é com bambu. [sic]

Nas conversas informais que tive com moradores, quando dizem que a bioconstrução seria um resgate do passado e que pessoas mais jovens podem estar aprendendo essa prática de construção antiga, foi perceptível observar em suas falas o que o antropólogo Bruno Latour quis dizer com a teoria ator-rede (1994), quando o autor desdobra sobre como as redes não são absolutas, dizendo que sempre haverá espaço para a existência de novas redes técnicas, ou seja, como o conhecimento não é universal, o conhecimento local/territorial também se transforma a partir do contato com outras formas de conhecimento. Com isso, cria-se outro espaço para outra rede a partir deste contato entre diferentes formas de saberes, visto que as relações são constantes. Assim como o antropólogo Arturo Escobar traz a questão da economia baseado no local, e o Tim Ingold traz elementos para pensar a vida, o lugar como história, vemos com os três autores focalizam o lugar enquanto um elemento de suma importância para pensar relações de troca.

Para além desses autores, proponho trazer Bruno Latour para pensar o projeto em si, ou como diria Escobar: *diseño*. Pensando na produção científica da área de arquitetura e dos projetos estudados na pesquisa, o projeto em arquitetura pode ser um grande motor de transformação na realidade, a partir da mediação do arquiteto. No tópico abaixo, demonstro na

perspectiva de Latour como a arquitetura a partir de seus projetos sociais consegue promover transformações para o seu público-alvo.

### 2.3 Projeto enquanto Vetor de Mudança na Sociedade

Para além desta questão relacional e dialógica dos projetos, volto à questão trabalhada por Bruno Latour com sua teoria ator-rede. Percebi que na busca pela promoção da autonomia para com os moradores de ambos os projetos de arquitetura, há outros aspectos levantados na pesquisa, tal como pensar o objeto como um agente transformador da realidade – isso inclui o próprio projeto enquanto uma coisa.

Esse pesquisador da ciência vai além, ao pensar formas de refletir o papel do pesquisador e romper com a desigualdade existente com o sujeito pesquisado, para pensar relações com as coisas/objetos que também fazem parte da nossa subjetividade. Analisando que a teoria ator-rede é uma teoria dentro de uma Antropologia chamada simétrica, cuja proposta teórica metodológica tem por objetivo desconstruir desigualdade da relação entre “eu” e o “outro” e entre “eu” e o “objeto”, penso o papel que o arquiteto tem sobre a criação do projeto social.

Nesta pesquisa destaco três pontos: a relação do pesquisador com o outro; o olhar do pesquisador para si mesmo; e o conjunto de objetos/coisas que fazem parte da extensão da subjetividade do indivíduo. Bruno Latour propõe alternativas para pensar a ciência com um outro olhar e também um olhar para si, já que a modernidade tal como ela está estabelecida hoje tem suas problemáticas por ignorar várias questões que compõem a sociedade. Assim, como vimos a proposta de descolonização do saber e também com Arturo Escobar com a proposição de um *diseño* autônomo.

Na realidade em que vivemos, constatamos diversas relações que estão estabelecidas e, todas elas não estão isoladas, mas possuem elementos possíveis de serem traçadas e entendidas sobre como são feitas. Bruno Latour, em *Jamais Fomos Modernos*, trata dessas questões com o princípio da simetria na antropologia. Esse princípio busca trazer para a discussão o que é considerado um desvio da ciência (não modernos), que a própria modernidade procurou fazer ao afastá-lo, e criando o que é o erro e o que é verdade, o moderno e o tradicional.

Sendo assim, com o princípio da simetria entendemos que as pessoas pensam o seu lugar, o seu mundo, sua história e, com essa abordagem, não estamos colocando o nativo como exótico e, tampouco, colocando o pesquisador-pesquisado em posição de hierarquia. Para isso, o antropólogo se situa no chamado ponto médio, no qual o pesquisador se situa entre o ir e vir

entre os modernos e não modernos, evitando, assim, a desigualdade existente na produção do conhecimento. Esse ir e vir permite preambular entre o “eu”, o “nós” e os “outros”, e isso tem a ver com o princípio da simetria generalizada que o autor discute no livro, formulado pelo sociólogo Michael Callon:

Para que a antropologia se torne simétrica, portanto, não basta que acoplemos a ela o primeiro princípio de simetria - que só dá cabo das injustiças mais óbvias da epistemologia. É preciso que a antropologia absorva aquilo que Michel Callon chama de princípio de simetria generalizada: o antropólogo deve estar situado no ponto médio, de onde pode acompanhar, ao mesmo tempo, a atribuição de propriedades não humanas e de propriedades humanas (Callon, 1986). Não lhe é permitido usar a realidade exterior para explicar a sociedade, nem tampouco usar os jogos de poder para dar conta daquilo que molda a realidade externa. Também não lhe é permitido alternar entre o realismo natural e o realismo sociológico, usando "não apenas" a natureza, "mas também" a sociedade, a fim de conservar as duas assimetrias iniciais, ao mesmo tempo em que dissimula as fraquezas de uma sob as fraquezas da outra. (LATOUR, p. 95, 1994).

Como essa prática metodológica não se limita à antropologia, a crítica se estende conjuntamente tanto para as ciências humanas quanto para as ciências naturais e, nesse caso, trago essa crítica para pensar a arquitetura. Para adotar uma proposição epistemológica simétrica é necessário uma posição tripla de simetria: i) a primeira delas é voltar o olhar etnográfico para a produção científica, isso significa utilizar os mesmos princípios para explicar a verdade e os erros<sup>22</sup>, e não apenas ignorar esse último, pois também faz parte da realidade que vivemos e pode ser compreendido; ii) estudar a produção humana e não-humana, isso envolveria o estudo dos objetos e entender a sua contribuição nas nossas relações; e, por fim, iii) romper com a tradição do eu e o outro, moderno e o tradicional (1994, p. 101-102).

Portanto, aplicando essa prática metodológica na arquitetura, vemos que, quando os arquitetos propõem formas de projetar que levem em conta o saber do morador no que se refere as problemáticas sociais que ele vive, observamos o reconhecimento do “outro”, e assim surge as trocas e a participação da comunidade nas questões do espaço urbano ao agir junto com o arquiteto.

A partir dessas noções, do pesquisador e dos objetos, pergunto: por que não estudar a influência de um projeto de arquitetura enquanto “coisa”? Por que não estudar o próprio pesquisador/arquiteto e suas metodologias? Sendo assim, essa pesquisa caminha neste sentido para responder essas perguntas, na medida que ela abre margem para pensar a ideia de projeto

---

<sup>22</sup> Os erros seriam aquilo que a ciência exclui do que também pode ser explicado e compreendido, mas não o fazem, preferem ignorar outros aspectos do cotidiano que fazem parte da realidade como errado.

enquanto um vetor capaz de promover mudanças na sociedade por intermédio de um arquiteto. Seguindo esta linha de raciocínio, penso, primeiramente, em desmistificar a ideia de neutralidade do pesquisador.

O antropólogo Bruno Latour (2012), primeiro, ao invés de pensar em termos de “sociedade”, o autor adota a palavra “coletivo”, já que esse último, segundo ele, permite pensar a relação entre humanos e não-humanos, tendo em vista que os atores humanos agem nessa relação de acordo com os seus interesses<sup>23</sup>.

O motivo pelo qual os objetos não tinham oportunidade de desempenhar papéis antes não se devia unicamente à definição do social usada pelos sociólogos, mas também à própria definição de atores e ações geralmente escolhida. Se a ação se limita ao que os humanos fazem de maneira “intencional” ou “significativa”, não se concebe como um martelo, um cesto, uma fechadura, um gato, um tapete, uma caneca, um horário ou uma etiqueta possam agir. Talvez existam no domínio das relações “materiais” e “causais”, mas não na esfera “reflexiva” ou “simbólica” das relações sociais. Em contrapartida, se insistirmos na decisão de partir das controvérsias sobre atores e atos, qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator - ou, caso ainda não tenha figuração, um actante. Portanto, nossas perguntas em relação a um agente são simplesmente estas: ele faz diferença no curso da ação de outro agente ou não? Haverá alguma prova mediante a qual possamos detectar essa diferença? (LATOUR, 2012, p. 107-108)

Ou seja, de acordo com a teoria ator-rede, a ideia de que somente humanos possuem a capacidade de ação e intencionalidade não se sustenta, pois para essa teoria o significado de ação caminha para algo relacionado à transformação, uma modificação de um fenômeno da realidade, mas também é algo que conduz a ação humana. Portanto, tudo aquilo que age e gera diferença pode ser referente à ação humana e não-humana. Segundo Latour, na perspectiva da teoria ator-rede, os objetos são “atores - ou, mais exatamente, partícipes no curso da ação que aguarda figuração.” (p. 108). Vale salientar que os objetos agem por intermédio da ação humana podendo ocasionar diferenças, mas não são determinantes por si só.

Para serem levados em conta, os objetos precisam ingressar nos relatos. Quando não deixam traços, não fornecem nenhuma informação ao observador e não produzem efeito visível em outros agentes. Permanecem em silêncio e deixam de ser atores: literalmente, não são mais levados em conta. Embora a situação se aplique a grupos e ações - nada de provas, nada de relatos, nada de informação ela é sem dúvida mais difícil para objetos, pois estes são muito bons em transmitir seus efeitos em silêncio, conforme observou Samuel Butler. Uma vez construído, o muro de tijolos não pronuncia uma palavra - ainda que os pedreiros continuem tagarelando e os grafites proliferem em sua superfície. Depois de preenchidos, os questionários impressos permanecem

---

<sup>23</sup> Essa discussão é decorrente da diferenciação que o autor faz sobre a sociologia de associações e sociologia do social (essa se refere apenas ao estudo de humanos).

nos arquivos sem nunca se conectarem com intenções humanas até serem revividos por um historiador. Os objetos, pela própria natureza de seus laços com os humanos, logo deixam de ser mediadores para se transformarem em intermediários, assumindo importância ou não, independentemente de quão complicados possam ser por dentro. Eis por que alguns truques precisam ser inventados para forçá-los a falar, ou seja, apresentar descrições de si mesmos, produzir roteiros daquilo que induzem outros - humanos ou não humanos - a fazer. (p. 117-118).

Falar sobre a agência dos objetos é importante e, conseqüentemente, falar das relações de poder que essas agências geram também. A partir da teoria ator-rede, é possível identificar como essas relações de poder são produzidas e como elas agem como relações de força. É por meio das relações de poder que surgem as lutas, resistências e questionamentos da ordem social.

Para isso, é preciso questionar sobre como a criação do projeto urbanístico irá transformar – ou não – realidades sociais, construções de lugares, etc., que caminhe para a promoção e o acesso a cidadania. A sociedade urbana está a todo instante criando e reinventando maneiras de sobreviver nesse lugar, que por sua vez é negligenciada em certos setores da cidade, e isso ocorre porque a cidade é feita por pessoas e relações sociais (LEFEBVRE, 2001, p. 109), por isso, há intenções, há ideologias e, por fim, há ideologias que criam projetos para a cidade.

O arquiteto ou até mesmo o sociólogo, segundo o filósofo Henri Lefebvre, age a partir da realidade dada. Esses, a partir do seu conhecimento e habilidades, “podem propor, tentar preparar formas...a partir de uma problemática levantada por esta realidade” (2001, p.109). Por isso, o projeto participativo levantado neste trabalho mostra – por meio do trabalho de campo e pesquisas bibliográficas – projetos que visam a promoção da cidadania, projetos que caminham no sentido de levar a arquitetura para grupos de baixa renda, e entende o “não-arquiteto” como alguém que habita e conhece sua realidade muito mais a fundo do que um arquiteto ou qualquer outro profissional que deseja trabalhar em determinado local.

Assim como Lefebvre levantava a questão de que somente alguns grupos e classes poderiam encarregar dos problemas urbanos – até porque os mesmos vivenciam esses problemas –, o projeto participativo, com o foco no usuário e na cultura e crença, faz um movimento contrário das estratégias dominantes em relação a esses problemas urbanos. De acordo com o filósofo, a classe moradora “pode contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos centros de decisão.” (2001, p. 113). Isso não significa que somente esses grupos<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> O autor utiliza o termo classe operária.

resolverão o problema sozinho, há o papel mediador – por exemplo, o do arquiteto – de profissionais que irão, em conjunto, partir para a resolução de problemas existentes.

Se pensarmos na perspectiva de Bruno Latour sobre os objetos e na perspectiva de Lefebvre, pode-se entender que para ambos o projeto desempenha um papel mediado pelo humano capaz de gerar transformações na realidade. Para Lefebvre, um projeto que não considera aspectos humanos e sociais, que é somente pautado em soluções técnicas para determinados problemas da sociedade urbana seria incompleto. Esse tipo de projeto, para o autor, representa “um projeto sem crítica e nem autocrítica, e esse projeto realiza, na prática, uma ideologia, a ideologia dos tecnocratas.” (2001, p. 115).

Há esses questionamentos, pois na obra de Lefebvre, há uma contextualização sobre os problemas que a sociedade capitalista promove aos cidadãos. Partindo da crítica de uma estrutura econômica que oprime certos grupos e que muitas vezes a rotina de trabalho o consome inteiramente, Lefebvre acredita que o direito à cidade significa envolver o cidadão em todos os âmbitos da vida urbana. Então, para isso, “só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização” (2001, p. 118).

Pensando no meu trabalho de campo e nas propostas projetuais do EMAU, juntamente com a arquiteta Helga Tavares e o biólogo Vinício Coeli, e do projeto MORA na cidade de Uberlândia, os projetos arquitetônicos ganharam outro modo de fazer: o fazer-junto. Como vimos, o objetivo seria envolver os cidadãos para a questão urbana, colocando-os a frente dos problemas urbanísticos relacionados à habitação que eles mesmos vivenciavam, para que desenvolvessem autonomia, a partir do acesso ao conhecimento técnico de arquitetura sobre recursos, aproveitamento do espaço, reaproveitando de materiais, entre outros.

Assim como Lefebvre já dizia que os problemas deveriam partir daqueles que vivenciam sua realidade, os projetos desenvolvidos por esses arquitetos caminharam nesse sentido. Olhando por esse viés do direito à cidade, percebi que essa ação projetual caminha no sentido de oferecer o acesso à cidadania pelos próprios cidadãos de uma comunidade.

## **2.4 O acesso à Arquitetura na Bioconstrução**

Na construção do Centro Comunitário Fidel Castro, o projeto “Melhoria Habitacional e Urbana para a ocupação Fidel Castro” ganhou um cronograma de atividades estipulados para acontecer entre dezembro de 2019 a março de 2020, agora com o apoio da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS). A ATHIS cumpre o papel de oferecer Arquitetura e Urbanismo de forma pública e gratuita para famílias de baixa renda previstas pela Lei Federal

nº11.888/2008. A assistência técnica pela ATHIS permite acompanhar e executar diferentes projetos, seja construção e reforma de moradias; qualificação dos assentamentos urbanos que estão em risco (geológico); segurança jurídica de posse; e, por fim, regularização urbanística. Com a implementação e regulamentação da ATHIS no município de Uberlândia - MG, o objetivo dessa assistência visa o enfrentamento da desigualdade social e espacial ao promover o direito à cidade e à construção civil por meio de mutirões e cooperativas.

Com o apoio da ATHIS, o cronograma no geral, envolvia dois cursos, entre eles o curso de agrofloresta e bioconstrução; além de oficinas e mesas redondas voltadas para estudantes de arquitetura e áreas afins, moradores da ocupação Fidel Castro, e arquitetos e urbanistas. Para darem início às atividades, ocorreu a “maratona de projetos” no intuito de reunir com os moradores na própria ocupação a partir de uma visita guiada, para ouvirem novas demandas.

Figura 11 – Folder maratona de projeto



**MARATONA DE PROJETO**  
ocupação Fidel Castro

**DIA 07.12 | SÁBADO**  
visita guiada à ocupação Fidel Castro | 08:00  
intervalo para almoço | 12:00  
desenvolvimento dos projetos | 14:00  
pizzada EMAU Buriti | 18:00

**DIA 08.12 | DOMINGO**  
desenvolvimento dos projetos | 08:00  
intervalo para almoço | 12:00  
elaboração apresentação | 14:00  
apresentação dos projetos | 16:00  
avaliação e encerramento | 17:30

**LOCAL**  
Bloco 5O-B | Campus Santa Mônica  
Universidade Federal de Uberlândia

**EVENTO GRATUITO**  
Projeto aprovado pelo edital de ATHIS do CAU/MG  
Projeto «Melhoria Habitacional e Urbana para ocupação Fidel Castro»  
informações: 9.9158-8853

A participação na Maratona de Projeto será critério de seleção para as demais atividades do edital



Fonte: divulgação do projeto “Melhoria Habitacional e Urbana para a ocupação Fidel Castro”

A proposta de conhecer o local e os moradores, dialogar com a comunidade, ouvir suas demandas, mostrar o processo de criação e pedir sua participação (na construção da maquete física do Centro Comunitário), também esteve presente nessa nova etapa de cronograma. Após a visita guiada à ocupação, tanto arquitetos quanto estudantes se reuniram para desenhar a planta do centro comunitário, acolhendo as preferências dos moradores e o conhecimento técnico dos arquitetos e urbanistas que melhor se adequaria para a construção. Foi um final de semana intenso para entregarem o projeto e avaliarem em dezembro de 2019.

Figura 12 – Planta do centro comunitário



Fonte: arquivo pessoal

Figura 13 – Cronograma de atividades na ocupação Fidel Castro



Fonte: arquivo pessoal

No dia desse registro fotográfico, visitei a ocupação Fidel Castro no intuito de conversar com Helga (coordenadora do projeto do centro comunitário) sobre o projeto e, também, conversar com alguns moradores que estavam participando dos cursos ou, até mesmo, com quem esteve envolvido com a construção desde o seu início e que não esteve, necessariamente, participando dos cursos ofertados. Neste dia marquei uma conversa com Helga, a informei sobre a pesquisa novamente, e lhe disse sobre a minha necessidade de saber a visão dela sobre o projeto, sobre a técnica de bioconstrução e como ela enxerga a perspectiva dos moradores em relação à construção e às técnicas utilizadas.

Figura 14 – Folder do curso de bioconstrução



**CURSO BIOCONSTRUÇÃO**  
adobe e bambu a pique

**CONTRIBUIÇÃO**  
**R\$ 400**  
incluso almoço

arquitetos e urbanistas | R\$200  
estudantes de arquitetura | gratuito  
estudantes de outros cursos | R\$ 200

**11 e 12 | janeiro | 2020**  
ocupação Fidel Castro | Uberlândia | MG

**INSCREVA-SE**  
e nos siga nas redes!

INFORMAÇÕES  
34 9 9993.0868

f /ocupa.fidel    @ocupafidel

**Projeto**      **Realização**      **Apoio**      **Patrocínio**

#OCUPA FIDEL  
Associação de Maradores Espiritistas De Um Novo Milênio  
TST BRASIL  
ATHIS  
CAU/MG Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais

Fonte: divulgação do projeto “Melhoria Habitacional e Urbana para a ocupação Fidel Castro”

Na minha visita à ocupação no mês de fevereiro de 2020, a etapa do cronograma estava em andamento na parte do curso de bioconstrução. O curso oferecia conhecimento teórico e prático para os interessados. Após o almoço, na pausa para descanso, para posteriormente continuarem com as atividades daquele dia, tive uma conversa com a arquiteta, bioconstrutora e professora Helga Canedo Tavares, juntamente com o agroflorestador, bioconstrutor e biólogo Vinício Coeli, como havíamos combinado.

No início da nossa conversa, comentei sobre a técnica de bioconstrução da qual compunha a construção do Centro Comunitário. Comentei no sentido de como as faculdades de arquitetura e urbanismo veem essa técnica de aprendizado para os estudantes sem ser o modelo convencional de alvenaria – alguns estudantes do curso relataram a falta desse aprendizado na semana do SeNEMAU (Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo) em julho de 2019.

Helga: Depende, os meus aprendem. Dou aula na UNIPAM. Tem uma disciplina de Arquitetura, Urbanismo e Sustentabilidade Ambiental.

Vinício: Mas não tem. Eles veem, mas eles não conseguem falar pro cliente depois que sai de lá pra construir uma casa de bioconstrução. Eles não veem um paradigma, eles veem uma coisa legalzinha pra fazer um banco, não uma casa.

Helga: tem uma questão de conscientização que o material convencional tem custo, degradação ambiental. Nem é todo mundo que consegue ter acesso a ele. Se a gente for retomar a questão da bioconstrução na construção com terra, a qualidade térmica e acústica dela é muito melhor, do que a gente vai ver na alvenaria convencional (tijolo, chapisco...). Está sendo bem visto como uma construção melhor, mas que na verdade não é melhor, é mais cara, degrada o meio ambiente, e ainda termicamente e acusticamente é pior. Se a gente for olhar cada material como é feito: o tijolo, a queima dele, a combustão, o cimento, a extração do cimento, é muito deteriorante para o meio ambiente, sem contar o deslocamento dele. Pra fazer o cimento tem que detonar mina, usa dinamite.

Vinício: a mineração ela é degradativa, a extração de todos os materiais básicos são frutos de mineração. No caso do cimento ainda, ele é mais um processo de queima, existe combustão nele, é um processo que degrada o meio ambiente mais ainda, fora que ele necessita de insumo para a extração...Quem produz é quem tem dinheiro, e isso vai fortalecendo ainda mais a concentração de renda.

Helga: Você deve estudar Marx e vai saber mais que a gente, sobre essa questão do detentor do meio de produção, da produção e que você vai ter uma cadeia. Se a gente for olhar a cadeia da construção civil, ela tem muita exploração. Você tem o servente, o pedreiro, o mestre de obra, o arquiteto, o engenheiro, o diretor da construtora, aí vai até chegar o cara. Pra ele lucrar todo mundo tem que ser explorado. E se a gente pensar a construção com terra na bioconstrução, não, se todo mundo pensa que tem a capacidade de construir igual. [sic]

No nosso diálogo, em todo o momento os profissionais adotaram uma posição contrária à construção convencional predominante na nossa sociedade. Tanto Helga quanto Vinício ilustram a relação do humano para com o meio ambiente e, também, com as ferramentas e matéria prima utilizadas para a realização do trabalho, mostrando que as coisas coexistem com o sujeito. Apesar de eles reconhecerem que os recursos utilizados ainda não são totalmente produzidos na própria ocupação por falta de tempo, na medida que o cronograma de atividades a ser cumprido tinha um prazo curto, foi explicado que é possível produzi-los ao plantar insumos necessários para a bioconstrução, logo alcançar a autonomia da comunidade.

Além disto, levantaram o processo de desigualdade que é gerado normalmente nas construções entre o empregador e o empregado, sabendo que essa é uma coexistência de forma negativa, assim este projeto vai na contramão ao propor alternativas para esse modelo convencional de construção. A relação aqui, se voltarmos com o princípio da simetria

(LATOUR, 1994), entende-se que há algo para além das relações entre os pesquisadores e os moradores da ocupação, há a relação com o meio e objeto, ou seja, é de suma importância perceber nessa relação o quanto o projeto enquanto agente não-vivo é um vetor desenvolvido com alguma intencionalidade que gera transformações da realidade para o bem estar da comunidade.

Assim, seguindo esse objetivo projetual de transformação social da comunidade, ocorreu a última atividade presencial prevista no cronograma, em março de 2020, do projeto “Melhoria Habitacional e Urbana para a Ocupação Fidel”. A atividade foi uma mesa redonda sobre “Permacultura e Casas Ecológicas: como a arquitetura sustentável pode viabilizar casas autossuficientes” que aconteceu na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com o professor de permacultura Nilson Dias do Instituto Pindorama; com o pesquisador Robson Moreno da UFABC; e com o coordenador do MTST Jairo dos Santos, juntamente com morador Joel da ocupação. A palestra tinha um objetivo debater práticas para um urbanismo sustentável, e como essas práticas podem ser soluções acessíveis do ponto de vista econômico, ambiental e cultural.

Figura 15 – Mesa redonda sobre permacultura e casas ecológicas na UFU



Fonte: instagram do ocupafidel.

Figura 16 – Palestrantes Jairo e Joel



Fonte: instagram do ocupafidel.

## 2.5 O acesso ao Direito à Moradia

Sobre a questão do direito à moradia, em um panorama geral, o Brasil se encontra em um déficit habitacional de 6,355 milhões, segundo informações da Fundação João Pinheiro de

2018, com base nos dados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNAD)<sup>25</sup>. Isto significa dizer que essas pessoas vivem em condições de construção residencial precária<sup>26</sup>.

A consequência desse déficit habitacional brasileiro resulta em reformas e/ou construções da própria população que busca resolver essa problemática com recursos próprios e com a própria mão de obra. Tendo em vista essa situação de irregularidades e situações de vulnerabilidade da população urbana, a ATHIS visa promover o acesso de Arquitetura e Urbanismo para as famílias de baixa renda ofertando serviços e trocas de conhecimentos técnicos.

Os projetos “Projeto de Melhoria Habitacional e Urbana para Ocupação Fidel Castro” e “Renova Shopping Park” são financiados pela ATHIS CAU/MG, um conselho que disponibiliza recursos destinados à área de habitação popular. O projeto desenvolvido no Assentamento Fidel Castro em Uberlândia, desde seu início em julho de 2019, fruto do projeto desenvolvido pelas arquitetas Isabela Giorgiano, Helga Tavares e o biólogo Vinício Coeli com o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), ganhou forças com o financiamento pela Assistência técnica para habitação de interesse social (ATHIS CAU/MG), cuja parceria é composta por gestores, técnicos e população pelo direito à moradia. O projeto Renova Shopping Park desde sua implementação, no início de 2019, também teve o apoio da ATHIS.

Assim, cabe pensarmos nos projetos arquitetônicos do Centro Comunitário Fidel Castro e do Renova Shopping Park como um grande conjunto de transformações que trazem para os moradores desses lugares. No caso da ocupação Fidel Castro, essa transformação implica desde a construção de novas relações entre os próprios moradores e fora também (tendo em vista as oficinas, os mutirões); a viabilização de um espaço político para tomada de decisões para a comunidade dos membros do MTST; e por fim, a promoção de espaços que visam atender a comunidade seja por atendimento médico, área de lazer e também a cozinha comunitária, na ocupação.

O centro comunitário é um espaço de suma importância para a ocupação tendo em vista todo o processo que a comunidade enfrentou relacionado a direitos básicos desde a ocupação

---

<sup>25</sup> Neste documento, pode-se encontrar informações e estatísticas sobre o déficit habitacional no Brasil no ano de 2015, produzidos pela Diretoria de Estatística e Informações (DIREI), da Fundação João Pinheiro (FJP), e o que eles classificam como residência precária. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76871&codUsuario=0>>. Acesso em: julho de 2020.

<sup>26</sup> Segundo o IBGE, o conceito de habitação precária também se aplica para aqueles que são obrigados a morar em residências que não oferecem espaço suficiente para a convivência ou para aqueles que moram em locais que não podem ser considerado residência e, também, se refere às pessoas que possuem dificuldades em manter o pagamento do aluguel cuja renda é comprometida 30% do salário daqueles que recebem até 3 salários mínimos.

das famílias em 2016 até o momento atual. Segundo a Daniela Ciriano, mestre em serviço social pela UFJF, o déficit habitacional na cidade de Uberlândia chegou a aumentar 370% de ocupações urbanas na cidade desde 2014, de acordo com o Centro de Pesquisas Econômico-Sociais (Cepes).

A partir desse déficit e da conjuntura política desde 2013, que fez com que o MTST intensificasse seu projeto de nacionalização, o MTST por meio de diversos contatos e mobilizações, passou a ajudar na luta pela moradia, originando a ocupação Fidel Castro organizada pelo próprio movimento (CIRIANO, 2018, p. 91-94). Além disso, na época da pesquisa, Ciriano comentou que a ocupação passou por diversos problemas relacionados ao acesso à saúde, à educação e ao transporte, então, para isso sempre houve reuniões entre moradores e membros do movimento para resolver problemas do cotidiano.

Já no bairro Shopping Park, conseguiram promover a conscientização sobre a importância da arborização das residências e também da permeabilidade do solo e, além disso, teve a promoção de reaproveitamento de determinados objetos (cano de PVC) para transformarem em outro objeto (prateleira) cuja finalidade seria para organizar os quintais das residências<sup>27</sup>, tudo isso foi gerado para gerar mais autonomia para os moradores por meio do acesso à arquitetura, no sentido de entenderem como reaproveitarem o espaço da casa, como fazer e quais recursos podem ser utilizados.

Se partimos do pressuposto de que todos têm direitos de aproveitar a cidade, ao vermos os dados do PNAD, as estatísticas contrariam a premissa da cidadania (que é por direito). Entretanto, a partir das experiências relatadas, o debate entra na questão do direito à cidade, cujo alguns direitos são negados ou quando os projetos destinados à cidade não são eficientes para contemplar toda a população de forma eficaz e de qualidade. Nesse sentido, a ação projetual dos arquitetos e urbanistas nesta pesquisa objetiva diminuir o impacto gerado pela desigualdade social no Brasil, em termos de acesso à arquitetura e o acesso à moradia de qualidade.

Se pensarmos na linha de raciocínio do antropólogo da ciência Bruno Latour e suas discussões sobre a proposta teórico-metodológica da antropologia simétrica, podemos levar em conta as ações em que os objetos podem agir sobre nós e como elas são passíveis de gerar conflitos ou não. Então, quando falamos sobre o direito à cidade, podemos observar o impacto de projetos urbanos na cidade: seja na construção de um centro comunitário ou em reformas

---

<sup>27</sup> PARK, Renova Shopping. **Encerramento do Projeto CAU/ATHIS** (edital 001/2019). Renova Shopping Park, Uberlândia, 17 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CEAcO14F4QY/>. Acesso em outubro de 2020.

para melhorar aspectos da moradia precária. Assim, se reconhecermos a capacidade de ação dos objetos, no caso, dos projetos de melhoria em habitação na ocupação Fidel Castro com o centro comunitário, e no bairro Shopping Park com o projeto “Renova meu quintal”, podemos reconhecer a diferença que eles fazem na realidade dos moradores dessas comunidades no sentido coletivo e no sentido individual dos moradores.

Com isso, trazemos novamente a questão do conhecimento enquanto algo passível de mudanças quando orientados por arquitetos que possuem uma posição voltada a questões sociais. Então, deve-se entender que a ação de projetar algo para alguém ou para algo que sirva para o coletivo reflete um compromisso com aqueles que necessitam de ter acesso a um direito ou de qualidade daquilo que lhe é fundamental para a sua existência na cidade.

## **2.6 Cidadania em Foco: participação da Comunidade na solução de problemas urbanísticos**

Tendo em vista que objetivo dos projetos só é realizado com a participação dos moradores, foi curioso perceber como era a recepção deles sobre este tipo de projeto, que só é realizado se houver as duas partes envolvidas – a do arquiteto e a do morador.

Apresentei nesse trabalho que o centro comunitário seria de uso de todos, então desde o início da construção a ideia foi envolver moradores do assentamento na construção do projeto, além de envolvê-los na parte prática: o mutirão.

Perguntei para João<sup>28</sup>, um morador que participou ativamente da construção do centro comunitário no assentamento Fidel Castro, sobre a sua participação e a da comunidade na construção.

A maioria, não [participa]. Porque geralmente, meu fim de semana é descanso, né. Relaxar um pouco, esquecer um pouco do que foi durante a semana. Meu serviço é pesado...e não é fácil não...Tem alguns que parcialmente participa, assim, porque eles não é contínuo não, às vezes vem um dia, as vezes não volta mais, as vezes vem meio-dia, mas não dá tempo de aprender nada. Só vem pra marcar presença. Eles não tão muito apoiando não. Com o tempo quando tiver pronto, eles vai participar. O que mais está atuando dos moradores é pouco...Eu estou desde o começo. É um conhecimento muito bom, uma experiência boa, um resgate do passado que estava sendo esquecido e é uma obra segura... Mutirão é multi. Multidão agindo pelo benefício de alguma coisa, e também ajudar o próximo. Às vezes tem pessoas que não tem condições de trabalhar no mutirão, então você está fazendo a parte de alguém.

---

<sup>28</sup> Nome fictício para preservar a privacidade do interlocutor de pesquisa, como havia dito anteriormente (Cf. cap 2, p. 49).

Os que estão ajudando eu tenho certeza que gosta, eu tenho certeza que gosta. Esses que não tão assim, nem de ajudar, nem opinar com alguma coisa, muitas das vezes não é que está ocupado não, é porque realmente não ta aí com si próprio, porque é um benefício para todos. [sic]

Outro morador, o Joel Divino, também apontou sobre essa questão

Todos que ajudaram e os que não ajudaram admira. Os que não participaram eu acredito que seja porque todo mundo tem suas obrigações e as vezes quando marca a reunião não dá pra todo mundo. E também se juntar todo mundo também, um atrapalha o outro, é muita gente. Tem que ser por etapa, marcar no fim de semana, marcar de reunir 20 pessoas, no sábado e no domingo. Ai passa outro fim de semana arruma outra turma, pra não acumular muita gente. Tem mais estudante participando. Foi muito bom a experiência. [sic]

Na pesquisa de campo, de modo geral, quando eu perguntava sobre essa questão para moradores do assentamento por meio de conversas informais, eu ouvia as mesmas respostas: que não havia muita participação dos moradores. A princípio, o motivo pelo qual não havia participação, na perspectiva dos moradores, era a falta de interesse e, como vimos nos relatos acima, falta de tempo. Vale lembrar que, para a construção do centro comunitário, houve a parte do curso de bioconstrução para os interessados em ajudar no mutirão.

De acordo com o biólogo Vinicio Coeli e a arquiteta Helga Tavares, a baixa participação dos moradores não significa totalmente uma certa falta de interesse por parte dos moradores, pode ser falta de disponibilidade de todos e, também, falta de comunicação entre os projetistas com os moradores:

Helga: Acho que tem uma questão de muitos trabalharem a semana toda, inclusive no sábado. E às vezes o domingo é o dia que eles organiza a casa, coloca a roupa pra lavar, que faxina, que cuida dos filhos...mas acho que tem essa questão: “ah, eu vou lá contribuir com algo que eu não sei”. Muita gente às vezes vai achar que precisa conhecer pra construir, não é que qualquer um pode construir. A gente pensou que com o tempo, isso fosse mudando um pouco isso. A gente não fez um processo de mobilização, o Jairo<sup>29</sup> inclusive no começo disse que tinha que destacar alguém pra mobilizar, articular. A gente tá entendendo que os poucos que a gente conseguiu articular, são muito pela fé, de gostar de estar junto. Então, como o projeto que a gente aprovou no CAU/MG ele tem que cumprir até abril, a gente tá muito na correria pra fazer e fazer cumprir, mas imagino que se ele fosse mais espaçado, a gente teria um pouco mais de tempo de vir, de entregar um comunicado, de trocar uma ideia. Porque a proposta, inclusive, que a gente escreveu, é pra possibilitar que eles façam um reboco na casa deles com terra, uma fossa, círculo de bananeira pra adição da água. Falta um pouco de mobilização e de divulgação. Geralmente quando vai trabalhar com a comunidade, tem essa coisa do carro de som, bicicleta de som, uns panfletos pra entregar...nem todo mundo tá conectado nessa rede...às vezes não fica sabendo mesmo. Acho que

---

<sup>29</sup> Coordenador estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Minas Gerais.

é um trabalho de olhar no olho, explicar um pouco, vamos lá chamar, deles se sentirem realmente convidado, sabe, não ser alguma coisa assim: “nossa vou aparecer lá do nada, ninguém sabe que eu existo, onde que eu vou”. Diferente quando você bate na porta: “ou vamos lá, né...”. [sic]

Vinício: A gente teve uma experiência que discorre um pouco disso, que foi quando nós mexemos com plantação de núcleos de agroecologia lá. A gente pra fazer com que as pessoas se aproximassem, a gente fez uma horta ecológica, que a gente plantou, a gente produziu, e a gente estava cuidando. Ia lá uma vez por semana e fazia eu e mais duas pessoas e montou uma horta funcionando, e eles começaram a se cativar por aquilo. Eles começaram a falar: “Nossa, é isso que vocês falavam pra gente no curso? É assim que vocês falam que é? Nossa, agora eu gostei” Então pra mim, o barracão ter essa coisa das pessoas não se aproximarem por agora, e tá tudo bem, mas elas vão quando tiver funcionando, quando tiver pelo menos uma parte pronta, visivelmente estruturada, funcional, e as pessoas se envolvendo com aquilo, com certeza eles vão aderir melhor. Acho que a questão de ver a eficiência, ainda é muito desse arrastar a pessoa para lá. Quando ela não acredita, não tem experiência com isso, por mais que você fale, tenta mostrar, começa a mostrar, a pessoa não se cativa tão facilmente. Eles não conseguem ver as coisas lá finalizada, e aos poucos a gente passou isso até na nossa casa. Quando você começa, nossa, o negócio é... A gente tem um amor muito grande por isso, mas vê que é muito trabalhoso, ocupa muitas demandas de pessoas e tudo, e a gente viu que é trabalhoso e só se empolga quando vê uma parte pronta, aí você pega o gás pra fazer todos os outros, foi assim. Acho que muitas coisas partem desse lugar de ter algo que mostrar mesmo, pra fidelizar a galera, e sensibilizar também. [sic]

Helga: Mesmo não estando pronto ainda, tem uma galera que passa e fala: “olha que massa, tá bonito. Imagino que quando tiver mais ou menos pronto e conseguir visualizar”. [sic]

Vinício: É uma coisa quase igual agrofloresta a gente fala, vejo que é um abrir de uma página de um livro, que na hora que você lê, entende, absorve, você não consegue voltar atrás mais. Todos que a gente já conversou, eles falaram: “não, mas vamos fazer com cimento” E aí alguns deles, hoje em dia, fala: “não, não, vamos usar cimento não”. Porque eles já veem que o cimento é todo um processo que não é tão legal quanto era. Assim como a gente fala do plantio, o plantio aqui usa insumo químico que você tem que comprar, usa veneno que você tem que comprar, faz pra você quando vai usar, pra todo o ecossistema em volta, tudo que vai tocar nisso é prejudicado de qualquer maneira. E aí eles falam: “nossa, é mesmo, não é um negócio tão legal, é só eficiente”. Se você pega e mostra pra ele “olha isso é tão eficiente quanto, e a gente não usa nada disso, você não precisa comprar, você produzir seu adubo, você não precisa comprar fertilizante, você pode produzir, você não precisa comprar defensivo, você pode produzir”. Plantar e produzir, você, sem depender de nada, aí eles se encantam, e quase que não consegue voltar atrás. E acho que esse processo de conscientização e sensibilização é demorado, né. É uma prática constante de médio e a longo prazo. [sic]

Percebi durante a minha pesquisa e durante a minha leitura de outras pesquisas do ramo do design, a partir dos grupos de pesquisa LaDA/UERJ com seus respectivos projetos participativos, que a questão do interesse em participar/engajar vai além da falta de interesse,

como, por exemplo, podemos ver com os responsáveis pelo projeto de bioconstrução do cento comunitário sobre esse assunto em seus relatos. Como eles mesmos disseram, a falta de mobilização fez diferença para que mais moradores pudessem se envolver com a construção. Portanto, antes de promover o projeto que demanda participação dos moradores, é importante, sobretudo, apostar em estratégias que chamem a atenção da comunidade para participar.

Sobre essa questão da mobilização, há as experiências do LaDA sobre os “dispositivos de conversação”, conceito proposto pelas coordenadoras do laboratório, Barbara Szaniecki e Zoy Anastassakis. O “dispositivos de conversação”<sup>30</sup> é um jogo que possibilita interação entre pessoas, ao promover debates que estimulam levantamentos de questões e ideias entre pessoas que ocupam determinado território visando a construção de narrativas a partir do coletivo. Esse laboratório, como já vimos, usa como referência o Design Anthropology e o codesign. Além disto, o jogo enquanto dispositivo de conversação faz ligação com o conceito de Design Things:

Em oposição ao objeto como artefato material e fato consumado, as “coisas de design” podem ser representações de “questões de interesse” assim como meios para gerar novos agenciamentos sociomateriais a partir da articulação de condições sociopolíticas. Tratam-se, portanto, de espaços de diálogo e discussão entre diferentes pontos de vista; de ferramentas e técnicas para articular pessoas com o objetivo de analisar problemas e, juntas, imaginar possibilidades; de representações dos interesses numa linguagem comum de modo a facilitar as mediações e o compartilhamento de questões e visões; de um papel de mediação de uma pesquisa com objetivos relacionais abertos a interpretações (SZANIECKI *et al*, 2020, p.133).

Mas o que isso tem a ver? Acredito que estratégias como panfletagem, carro de som, etc. são opções dentre muitas. Ao longo da minha pesquisa, fui acompanhando pesquisadores do LaDA, já que os mesmos fizeram uma sessão de *lives* no ano de 2020 em seu próprio canal do YouTube, apresentando suas pesquisas que procuram contribuir com projetos participativos, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro.

Dito isso, estratégias como a utilização de jogos, por sua vez, são capazes de gerar interações e engajamento da comunidade que antes eram desconhecidas. A estratégia adotada, além de ser lúdica, acredito que seja mais chamativo para tratar questões sérias do urbanismo, e é um espaço que pode deixar as pessoas mais confortáveis para falar e para debater,

---

<sup>30</sup> SZANIECKI, Barbara; SERPA, Bibiana; SECIOSO, Flavia; VENTURA, Liana; COSTARD, Mariana; BIZ, Pedro; TIBOLA, Talita. Jogos como dispositivos de conversação: investigando modos de participação e design. In: PARTICIPATORY DESIGN CONFERENCE, 16., 2020, Manizales. **Proceedings**. Manizales: Pdc, 2020. p. 132-140.

construindo, assim, um espaço democrático onde as pessoas possam criar narrativas e imaginários de uma sociedade urbana melhor através da mediação do designer.

Sobre essas noções de engajamento, remete ao que Tim Ingold discutiu sobre uma antropologia por meio do design, mas que se estende para a arquitetura e as artes. Com a interdisciplinarização das áreas vistas nos grupos de estudos do LaDA e NIDA a discussão teórica metodológica de Tim Ingold e Bruno Latour; o conceito de Design Anthropology, etc., mostraram discussões e experiências significativas de mudanças e outro jeito de fazer ciência: uma ciência reflexiva e propositiva para gerar transformações concretas aliadas aos cidadãos de um território urbano.

Tendo como inspiração nesta pesquisa, tanto a linha de pesquisa pelo Laboratório de Antropologia e Design (LaDA) quanto do Núcleo de pesquisa em Inovação em Design e Antropologia (NIDA) – que partem de um posicionamento situado na observação e engajamento por meio de ações que modifiquem determinadas situações emergentes e que envolvem pessoas e lugares – entendi que o ato de projetar para alguém demanda mais do que apenas projetar. Esses laboratórios entenderam, a partir da interdisciplinaridade com a Antropologia, como as relações entre humanos (e não-humanos), carregam consigo relações de poder e desigualdade. Assim como esses laboratórios entenderam como o projeto em design por meio da antropologia podem ser projetos de transformações na realidade, nesta pesquisa também foi encontrado projetos de arquitetura transformadores da realidade social das comunidades Fidel Castro e Shopping Park.

Neste sentido, na minha pesquisa foi encontrado alguns objetivos que levaram esses projetos de arquitetura a serem criados e colocados em prática: a autonomia e o direito à moradia. Por isso, na introdução deste capítulo comecei questionando a produção do conhecimento nos moldes da ciência moderna, sobretudo na América Latina. Isso implica questões de como a produção do conhecimento está sendo feita para que e para quem. Todos os autores citados, como: Edgard Lander sobre a colonialidade do saber excludente; Arturo Escobar com a proposição do *diseño* autônomo que viabilize as tradições e perspectivas locais em projetos; e Bruno Latour com a proposição teórica-metodológica menos desigual entre pesquisador e pesquisado e a inclusão do estudo de objetos, questionaram como a ciência moderna possui suas falhas no sentido de perpetuar desigualdades e colonização do conhecimento como se fosse universal.

Por fim, neste capítulo quis mostrar, a partir dos autores discutidos, como os projetos em arquitetura social na cidade de Uberlândia caminharam numa proposta projetual diferente,

objetivando a troca de conhecimento, a melhoria habitacional, e a autonomia dos moradores. Além disso, mostrei como cada projeto possui diferentes abordagens para chegar a esses objetivos, a partir de um processo projetual que viabilize a subjetividade dos sujeitos participantes. Entretanto, mostrei também como esses projetos por vezes encontram dificuldades para que esses sujeitos participem dos projetos, e como isso está direcionado a estratégias motivadoras que envolvem a criatividade e o diálogo dos moradores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou trazer conceitos trabalhados pela antropologia e associá-los às áreas do conhecimento de Arquitetura e Design. Utilizei como principal referência para fazer essas associações as formulações teórico-metodológicas de Tim Ingold, já que o autor encontrou semelhanças no modo de fazer ciência entre essas áreas (além de outras), na medida que elas utilizam como instrumentos de pesquisa a observação, investigação e proposições que modificam algum contexto social, baseado na relação e diálogo.

Para discutir essa aproximação das áreas de antropologia, design e arquitetura, discuti questões importantes da antropologia da vida de Ingold, da antropologia simétrica discutida em Bruno Latour, e a proposição alternativa do *diseño* autônomo proposta pelo antropólogo Arturo Escobar. Todos os autores propuseram investigar o fazer científico que abrangesse outras áreas conhecimento para além da antropologia, e também a crítica da ciência moderna com a divisão entre moderno e tradicional, natureza e cultura.

A partir da combinação de uma perspectiva antropológica aliada a uma perspectiva projetual, vimos neste trabalho experiências em design com os grupos de pesquisa LaDA (Laboratório de Antropologia e Design) e NIDA (Núcleo de Pesquisa em Inovação, Design e Antropologia); e em arquitetura com o projeto “Melhoria Habitacional e Urbana para Ocupação Fidel Castro” e a pesquisa RES\_APO 2 e 3 “Resiliência e Adaptabilidade em Conjuntos Habitacionais Sociais através da Coprodução”, que utilizaram de abordagens metodológicas semelhantes, de forma que houvesse a participação das comunidades para a realização dos projetos. Portanto, a partir desse objetivo projetual participativo em design e arquitetura, busquei pesquisar como ocorre essa participação das comunidades, como é feito na prática esse tipo de proposição metodológico.

Este trabalho caminhou na tentativa de contribuir a partir das experiências projetuais em design e arquitetura, em mostrar que, com a escolha metodológica de “participar”, “ser afetado” pela cultura, criatividade e habilidade das comunidades envolvidas, os profissionais puderam vivenciar sensações, percepções em um único lugar, onde é priorizado o “nós”, o coletivo, o fazer “com” nos projetos. Além disso, pude evidenciar como os projetos participativos conseguem promover o acesso à cidadania da comunidade a partir do acesso a conhecimentos técnicos em arquitetura e design e à melhoria desses lugares onde vivem.

Vale ressaltar que ao longo da pesquisa, o projeto de construção do centro comunitário na ocupação Fidel Castro, passou por alguns desafios. Devido à pandemia do Covid-19, a

construção foi suspensa devido à necessidade de isolamento social para que não houvesse a transmissão do vírus. Conseqüentemente, algumas chuvas fizeram com que o centro comunitário desabasse. Quando conversei com o morador Joel Divino durante a pandemia, pude observar na entrevista, a prioridade do morador em falar sobre essa questão do desabamento, no sentido de que a construção teve uma importância para ele, e o quanto Joel deseja começar a construção quando houver circulação de pessoas novamente, considerando os benefícios que o centro comunitário visa oferecer para comunidade.

Em relação aos capítulos, pudemos observar ao longo da leitura como as trocas de conhecimento e vivências entre pesquisador-pesquisado só acontecem quando ambos partem do princípio de que um não detém de todo o conhecimento, ou seja, há uma troca entre um e outro que resulta em aprendizados mútuos no processo de pesquisa.

Sendo assim, utilizei como referência a discussão do antropólogo Tim Ingold (2013) cujo argumento principal supõe que “mover, conhecer e descrever” são ações que demandam observação por parte do pesquisador (p.13), considerando a arquitetura, uma área que observa, descreve, propõe e está comprometida com transformações da realidade social. A partir desse olhar atento do pesquisador, o antropólogo conclui seu argumento dizendo o sujeito e o conhecimento, ocorre ao longo do caminho, e isso ocorre, porque os lugares e as pessoas, possuem histórias, subjetividades, que devem ser levadas em conta ao longo da pesquisa.

Para discutir sobre as trocas no primeiro capítulo, também propus discutir as ideias de Bruno Latour (2012) quando este também fala sobre o papel do pesquisador em levar em conta as histórias, as narrativas, as subjetividades de seus interlocutores de pesquisa, partindo da crítica de que só os cientistas “sabem”. Para este autor, o “outro” deve ser levado em conta e não somente “eu”. Portanto, ao longo do capítulo, mostrei essas discussões dos autores aliando-as às experiências projetuais de arquitetura e design social na realidade brasileira. Além da pesquisa bibliográfica de pesquisas já realizadas pelos grupos de pesquisa LaDA e NIDA, trouxe a pesquisa de campo a partir de observações feitas, fotografias e relatos dos participantes. Com isso, pude mostrar na prática, como os projetos colaborativos prezam pela participação, trocas de conhecimento, e como houve uma certa limitação no processo metodológico em mobilizar os moradores para participarem.

Já no segundo capítulo, trabalhei outras palavras-chave que apareceram de forma recorrente nas minhas observações, tais como: autonomia e direito à cidade. Esses temas apareceram, visto que os projetos em arquitetura objetivam oferecer aos moradores mais autonomia - a partir das trocas de conhecimento - e melhorar a qualidade habitacional da

comunidade. No decorrer do segundo capítulo, coloquei alguns relatos além dos estudos de projeto, que ilustram como é a ideia de autonomia que os arquitetos objetivam oferecer para os moradores. Para a discussão, trabalhei algumas perspectivas das Ciências Sociais sobre autonomia, cuja reflexão parte do princípio de priorizar as culturas e subjetividades das comunidades ao levarem em conta esses aspectos importantes do sujeito, sem imposição de um saber (do pesquisador) sobre o outro (morador).

Para trabalhar a questão de autonomia, discuti, primeiramente, a visão de Edgard Lander (2005) sobre a colonialidade do saber, na medida que este acredita que o legado epistemológico eurocêntrico cria uma barreira para a compreensão de outras visões de mundo. Além deste autor, o antropólogo Arturo Escobar (2016) também discute a ideia de autonomia das comunidades, mas no sentido de propor o *diseño* autônomo, uma proposição alternativa de projetos que vai contra ao modelo epistemológico moderno dualista que separa natureza/cultura, tradicional/moderno, verdade/erro.

Por fim, a discussão sobre o direito à moradia, que se desdobra sobre a ideia de o projeto de arquitetura social ter o compromisso para transformar realidades ao disponibilizar informações e o acesso à arquitetura. Vimos a proposta de Bruno Latour (2012) quando este fala sobre a agência dos objetos mediados por um sujeito – no caso, projetos – que podem ser agentes transformadores da realidade.

Concluo ressaltando a importância da revisão de métodos que este trabalho se propôs a discutir para que os pesquisadores se aproximem do sujeito pesquisado, entendendo melhor suas necessidades, e que melhor se adequem às questões sociais demandadas pela sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASSAKIS, Zoy. Design e Antropologia: considerações teóricas e experimentações práticas em diálogo com a perspectiva do antropólogo Tim Ingold. In: **Anais do 11º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**, Blucher Design Proceedings, v. 1, n. 4, p. 1337-1347. São Paulo: Blucher, 2014.

ANASTASSAKIS, Zoy. Laboratório de Design e Antropologia: preâmbulos teóricos e práticos. **Arcos Design**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 179-192, 25 mar. 2014. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/arcosdesign.2013.10004>.

CIRIACO, Daniela de Carvalho. **Nós somos completamente outros**: uma análise da ocupação urbana fidel castro em Uberlândia-MG. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y Diseño**: la realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca, 2016.

INGOLD, Tim. **Antropologia NÃO é etnografia**. Trad. de Caio Fernandes Flores Coelho, 2011.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. In: **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2011.

INGOLD, Tim. Making: **Anthropology, Archaeology, Art and Architecture**. Londres/Nova York: Routledge, 2013.

L. ROSA, M.; F. MONTUORI, B. Utilidade Pública: O processo estruturado pela 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo como plataforma de investigação e articulação de uma constelação de ações no território. In: **arq.urb**, n. 23, p. 19-40, 5 dez. 2019.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectiva latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 21-53.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.

LATOUR, Bruno. Relativismo. In: LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: 34, 1994. Cap. 4. p. 91-127.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. p. 105-118.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 185-202.

MONTUORI, Bruna Ferreira. **Design, Favela e ativismos**: experiências e aprendizados com a redes da maré no rio de janeiro. 2018. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018.

PINHEIRO, Jamille Dias. Reativar o animismo, de Isabelle Stengers. In: **Caderno de Leituras**, Belo Horizonte, v. 62, n. 62, p. 1-15, maio 2017.

REYS, Paulo. tudo o que não invento é falso: por uma epistemologia da imaginação criadora do design. In: **Strategic Design Research Journal**, v. 3, n. 3, set-dez 2010, p. 102-108.

SIQUEIRA, Paula. Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)**, v. 13, n. 13, p. 155, 30 mar. 2005.

SZANIECKI, *et al.* Jogos como dispositivos de conversação: investigando modos de participação e design. In: **Participatory Design Conference**, 16, 2020, Manizales: Pdc, 2020. p. 132-140.